

Cláudia Aparecida de Oliveira Leite

O Nome Próprio e sua Relação com o Inconsciente

Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nina Virgínia de Araújo Leite

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Campinas, 05 de fevereiro de 2004.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Nina Virgínia de Araújo Leite
UNICAMP

Prof^a Dr^a Mónica Graciela Zoppi-Fontana
UNICAMP

Prof^a Dr^a Viviane Veras
UNIBERO

Suplente: Prof^a Dr^a Maria Rita Salzano Moraes
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
IEL - UNICAMP

L536n	<p>Leite, Cláudia Aparecida de Oliveira. O nome próprio e sua relação com o inconsciente / Cláudia Aparecida de Oliveira Leite. - Campinas, SP : [s.n.], 2004.</p> <p>Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Nina Virgínia de Araújo Leite. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Nome próprio. 2. Lingüística. 3. Psicanálise. I. Leite, Nina Virgínia de Araújo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	---

DEDICATÓRIA

Para Valter Júnior de Souza Leite, Coração, pelo humor
invejável, pelo amor revelado, pelo tempo...

AGRADECIMENTOS:

É bem possível que eu seja uma pessoa extremamente agraciada. E muitos participaram da minha graça e quero, nesse momento, pela elegância etimológica da palavra agradecer, ou, melhor dizendo, chamá-los pelo nome.

Agradeço Nina Leite, pela aposta, pelo percurso e pelo rigor macio.

Agradeço a meus pais, José Marques e Silézia Alves, pelo exercício constante da dignidade e por serem exemplos de força e perseverança. Agradeço também:

A Tina Leite e Sô Waltinho, que se fazem presentes pelas palavras de acolhida e pelo olhar de respeito;

A Ana Senra, pela escuta;

Ao CNPq, pelo apoio financeiro;

A Suely Aires, que praticou o exercício terreno de anjo-da-guarda, sendo mais que amiga, mais que leitora dos meus trabalhos, mais que presença. E a Pedro Bahia, pela eterna alegria e pela constante atenção;

A Victória Vivacqua, que compartilha comigo as conquistas intelectuais e pessoais no toque vibrante das mãos;

A Josiane Isaac, pela amizade que se traduziu em teto;

Aos amigos de trocas intelectuais e vivenciais: Dione e Marcelo Pennaforte, Éder Santos, João José Almeida, Raquel Batista, Lilian Miranda, Cristina Paschoal, Jean Rodrigues, Flávia Trocoli e Léo, Adriano Correia, Adriana Delbo, Sérgio Franco;

A Rita Salzano, que abriu caminhos para mim com serenidade, dedicação e atenção;

A Viviane Veras, pelas frutíferas trocas, pela leitura atenta e, claro, pelos chistes;

A Mônica Zoppi, pelo profundo respeito e dedicação ao trabalho;

Ao Grupo de pesquisa SemaSoma, em especial a Silvana Freire e Newtinho, com quem tive o prazer de trabalhar, teorizar muito e sorrir em muitas “horas felizes”;

A Alexandra de Oliveira e Claudini Marques, por me ajudarem a viver a tese de que amizades são à prova de distância, problemas, saudades;

A Guigui, Érika Camargos e Luciana pelos eternos e alegres reencontros em que aprendemos a nos responsabilizar pelas nossas escolhas;

Aos irmãos: Júlio, Karina, Dudu e Daniel Henrique.

EPÍGRAFE

*“Nada em rigor tem começo, nem coisa alguma tem fim,
já que tudo passa como o ponto em uma bola. E o espaço
é o avesso de um silêncio onde o mundo dá suas voltas”.*
(Guimarães Rosa)

ÍNDICE:

Resumo.....	07
Resumé.....	08
Introdução.....	09
Capítulo I: O Nome próprio na Filosofia da Linguagem e na Lógica.....	17
Capítulo II: O nome próprio na Lingüística.....	45
Capítulo III: O nome próprio e sua relação com o inconsciente.....	77
Considerações finais.....	109
Bibliografia.....	113

RESUMO:

A proposta do presente trabalho é articular o nome próprio com as formações do inconsciente, mais precisamente com os chistes, para formular, de maneira singular, a relação que ele estabelece com os processos inconscientes. Privilegiamos trabalhar com os chistes que utilizam nomes próprios, pois, a partir destes, avançaremos na discussão sobre a função do nome próprio e sua relação com o inconsciente. Recolhemos da Lógica, da Filosofia da Linguagem e da Lingüística as contribuições de alguns autores que articulam esse tema e, de acordo com os mesmos, apresentamos as discussões sobre o sentido do nome próprio, seu valor referencial, seu estatuto de saturação e mesmo as modalidades de nomeação (ato de batismo, agenciamento enunciativo etc.). Esta pesquisa contribui para as discussões sobre o tema, ao demarcar que a noção de sujeito em Psicanálise nos conduz à possibilidade de considerarmos os nomes próprios de pessoa tomados em sua dupla função: de significante e de objeto.

Palavras-chaves: Nome próprio; Lingüística; Psicanálise.

RESUME:

Dans cet travail on propose articuler le nom propre à les formations de l'inconscient, plus précisément aux mots d'esprit, pour formuler de façon singulier le rapport que il établit avec les procès inconscients. On privilégie travailler sur les mots d'esprit que utilisent noms propres, donc avec leurs avancer vers la discussion a propos de la fonction de le nom propre e sa liasion avec l'inconscient. On recueilli de la Logique – Philosophie da Langage et de la Linguistique les contributions de quelques auteurs que articulent ce thème là et, ainsi, on present les discussions sur le sens do nom propre, son valeur referentiel, son statut de saturation et encore les modalités de dénomination (acte de dénomination préalable, agencement énonciatif etc.) Cette recherche contribue pour les discussions à propos du thème car fait démarcations sur le notions de sujet dans la Psychanalyse que nous ramene à la possibilité de considerer les noms propres de personnes dans sa double fonction: du signifiant et d'objet.

Mots-clés: Nom propre; Linguistique; Psychanalyse.

INTRODUÇÃO:

Uma dama italiana dizia ter-se vingado de um comentário do primeiro Napoleão com um chiste que utilizava a mesma técnica de duplo uso de uma palavra. Em um baile da corte, ele lhe disse, apontando para o par e contrerrâneo dela: “Tutti gli italiano danzano si male”; Diante do qual ela desferiu rápido contragolpe: “Non tutti, ma buona parte”. (Brill, 1911)¹ [Freud, 1905]

Podemos dizer que a resposta da dama italiana foi um golpe de mestre na investida napoleônica, figura conhecida pelas batalhas vitoriosas. Indagamos, portanto: qual é a graça desse chiste? Por que ‘buona parte’ pode ser tomado com duplo uso, como nos diria Freud? E ainda: afinal, o que é um nome próprio para servir tão prontamente às formações do inconsciente?

Tais questionamentos vêm se juntar ao coro dos autores que, ao longo dos estudos sobre a linguagem, discutem as questões sempre recorrentes – desde Aristóteles: o nome próprio tem sentido? Como se estabelece a relação referencial? É uma relação direta: tal sinal x corresponde a um objeto X? Ou a relação é mediada por alguma determinação que pressupõe algum tipo de qualificação na língua? O nome próprio é saturado, pleno de sentido, ou é insaturado?

Esse debate não se encerra em nenhuma disciplina específica, ao que podemos propor que um trabalho que se dedique ao nome próprio está atravessado por campos teóricos distintos e que as fronteiras, que aparentemente isolam os campos, se dissolvem diante dos primeiros passos sobre este tema. Propomo-nos a apresentar algumas correntes teóricas que discutem o nome próprio dentro de abordagens bem distintas, mas que se entrecruzam à medida que se ancoram em um ponto comum, qual seja, o do domínio da linguagem.

Mantendo nossa atenção nesses elementos, consideramos, neste trabalho, três campos que apontam para alguns percursos possíveis para tratar o nome próprio. No Capítulo I, apresentamos alguns autores da Lógica e da Filosofia da Linguagem. Mediante o interesse da Lógica pela referência e pelo valor de verdade das proposições, tomamos o trabalho de John Stuart Mill (1866/67) que propõe uma classificação aos nomes, que, como veremos, já estava esboçada pelos gregos interessados pela Sofística e pela Lógica.

Mill distingue os nomes quanto a sua significação e, em sua ordenação das classes dos nomes, nos apresenta o nome próprio como um nome de objeto que não conota nada e que não possui significação – denota os indivíduos a quem dão o nome, mas não implica qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos. O que Mill nos afirma é que, portanto, o nome próprio é uma marca sem significação. É precisamente esse elemento que o lingüista e egiptólogo Allan Gardiner (1954) retoma do trabalho de Mill, valorizando imensamente seus apontamentos. Também é a retomada desse ponto – e inclusive as considerações de Gardiner – que faz Jacques Lacan elaborar no Seminário IX – A Identificação (1961/62) sobre o funcionamento do nome próprio como marca, como traço unário.

Recorrer ao trabalho de Gottlob Frege (1978), na dimensão da Lógica, se faz necessário principalmente pela distinção que ele opera entre sinal, sentido e referência. Tal distinção marca uma virada fundamental no entendimento das questões de identidade (igualdade), que, incessantemente, se instalam nos debates sobre nome próprio. A Semântica Formal, que toma o significado a partir do postulado de que as sentenças se estruturam logicamente, teve seu início influenciado pelos trabalhos de Frege. Lembremos que, no seminário IX, de Jacques Lacan, citado anteriormente, há uma lição em que ele

¹ “Todos os italianos dançam tão mal”; “Não todos, mas buona parte (boa parte) – versão original italiana do

discorre longamente sobre o problema da identidade e as conseqüências que daí derivam para pensar a linguagem e a dimensão subjetiva.

Ainda no campo da Lógica, apresentamos o trabalho de Berthrand Russell (1985), que sustenta dois posicionamentos freqüentemente retomados por seus sucessores: 1º) frases denotadoras possuem qualidades que ele atribui aos nomes próprios; 2º) nomes próprios = palavras para os particulares (“isto” = nome próprio no sentido lógico). Russell considera que *um nome é um símbolo simples usado para designar um particular determinado*. Kripke (1972) retoma esse argumento de Russell e opõe o nome próprio e as descrições definidas, pois, pela análise semântica modal, os nomes próprios não têm o mesmo comportamento que as descrições definidas.

O campo da lógica funciona como um campo de forças repleto de argumentações e contra-argumentações que são detonadas pela Lingüística, mais precisamente pelos autores da Semântica e pela Psicanálise que tomamos aqui pelo trabalho de Jacques Lacan.

No domínio da Lingüística, que será desenvolvida no Capítulo II, a questão do nome próprio se alia aos estudos da significação – do sentido, se instalando, dessa forma, no seio da(s) Semântica(s). No campo da Semântica Formal, os trabalhos de Lyons (1977) definem a Semântica como o estudo do significado e teoriza a partir dessa definição. Assim, a Semântica é convocada a tratar do nome próprio por se instalar no cenário lingüístico como a disciplina que estuda o sentido (o sentido enquanto objeto), a significação.

Entretanto, é no campo da Semântica da Enunciação que podemos pensar uma nova retomada do nome próprio, considerando o jogo de argumentação e situando a pressuposição no seio da própria linguagem e não como algo externo à mesma. A

sobrenome de Napoleão.

Semântica Histórica da Enunciação, que se define como uma disciplina que trata a questão da significação ao mesmo tempo como lingüística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia, toma a questão do nome próprio por outro viés, conforme percebemos nas articulações de Eduardo Guimarães (2002). Porém, antes de situar tais elaborações, apontamos a trajetória classificatória marcada pelo trabalho de Viggo Brondal (1948) e a obra controversa de Allan Gardiner (1954), que sustenta a sonoridade e o *modus operandis* das palavras situadas na categoria ‘nome próprio’ como sendo os elementos que fazem com que elas sejam reconhecidas como pertencentes a esta categoria.

Nessa retomada, os autores fazem circular suas argumentações em torno das questões da saturação do nome e dos aspectos da determinação envolvidos ou não nesse processo. Na Lingüística, a questão referencial se instaura mediante os trabalhos de Kleiber (1984), que propõe que a vocação primeira da linguagem é falar do real, sendo que a função de designação e representação constituem a característica principal do signo lingüístico. Dessa maneira, Kleiber sustenta que a *relação de denominação é uma parte constitutiva desta dimensão referencial.*²

Determinação, saturação, aspectos morfossintáticos e referenciais são os relançamentos que observamos na trilha lingüística. Se o nome próprio escapa às estratégias classificatórias, conforme constatamos no trabalho de Brondal, seu caráter de som distintivo convoca novas elaborações, conforme nos afirma Gardiner. Mesmo se o retorno às elaborações lógico-filosóficas forem freqüentes, como percebemos nos escritos de Granger e Kleiber, a inquietante questão sobre o sujeito toma lugar na ala central dos estudos sobre o nome próprio. Dimensão essa atravessada por uma história, por um campo

² Kleiber (1984), p.77

de representação que se situa no e pelo simbólico, marcando os furos da linguagem e, ao mesmo tempo, realçando o que dela escapa.

Desse modo, no registro de nome próprio de pessoa, toda dimensão da linguagem – como o que representa, como o que ordena – torna-se questão. Tais elementos extrapolam os operadores da língua e os aspectos jurídico-sociais que envolvem o ato de nomear. O nome próprio ri da língua; escapa sorrrateiramente, assinalando que há outras cartas a serem lançadas. Cartas que dependem da aposta do Outro para serem tomadas como válidas.

A proposta do presente trabalho é articular o nome próprio com as questões psicanalíticas, valendo-nos das formações do inconsciente, mais precisamente dos chistes, para formularmos de forma singular, a relação desses com os processos inconscientes. Como primeiro destaque, ressaltamos que trabalhar com nome próprio em “estado de graça”³ requer um suporte teórico que inclua o sujeito. Tal apontamento Freud salienta em 1912, no texto *Totem e tabu*, quando afirma: *a prática psicanalítica se depara com freqüentes confirmações disto (o lugar privilegiado que o nome próprio ocupa na vida das pessoas) nas provas que encontra da importância dos nomes nas atividades mentais.*⁴ Nesse sentido, retomamos alguns elementos fundamentais da elaboração psicanalítica, ao debruçarmos sobre os aspectos subjetivos e sobre a articulação da linguagem, tomando como solo o inconsciente, o sujeito, o desejo.

Como poderemos justificar a aproximação entre nome próprio e inconsciente? Primeiramente, percebendo que os estudos que contemplaram o nome próprio deixaram uma fenda, principalmente no que tange aos nomes próprios de pessoas. É nesse hiato que este trabalho vem estabelecer suas bases. Como? Convocando as construções da teoria psicanalítica para pensar o nome próprio, sem a pretensão de resolver as contradições e

furos que essa problemática evoca, mas sustentando um movimento que permitirá situar o nome próprio em novas incursões. Essa é a principal contribuição que, acreditamos, esse estudo pode oferecer.

Neste trabalho, analisamos os nomes próprios e sua relação com o inconsciente. Faremos um recorte específico para tratar essa relação, partindo do livro de Freud de 1905 - *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Justificamos essa escolha, ancorados nas considerações de Lacan (1953), que ressalta a importância do estudo dos chistes nos desdobramentos da problemática do sujeito, referido aqui como sujeito do desejo. Lacan fundamenta:

Pois, por mais abandonada que seja por nosso interesse – por motivos óbvios –, O chiste e sua relação com o inconsciente (Le mot d'esprit et l'inconscient) continua a ser a obra mais incontestável, porque a mais transparente, em que o efeito do inconsciente nos é demonstrado até os confins de sua fineza; e a face que ele nos revela é justamente a do espírito, da espirituosidade, na ambigüidade que lhe confere a linguagem, onde a outra face de seu poder de realidade é a “saliência” pela qual sua ordem inteira aniquila-se num instante – saliência, com efeito, em que sua atividade criadora desvela-lhe a gratuidade absoluta, em que sua dominação sobre o real exprime-se no desafio do contra-senso, em que o humor, na graça maliciosa do espírito livre, simboliza uma verdade que não diz sua última palavra.”⁵

Privilegiamos trabalhar com os chistes que se utilizam de nomes próprios. Percebemos que, a partir destes, avançaremos na discussão sobre a função dos nomes próprios e a relação que eles estabelecem com o inconsciente. Pois, consideramos, apoiados em Lacan, que os chistes apresentam um nível elevado de elaboração significativa.

Há, por um lado, o exercício do significante, com a liberdade que leva ao máximo sua possibilidade de ambigüidade fundamental. Trocando em miúdos, encontramos aí o caráter primitivo do significante em relação ao sentido, a polivalência essencial e a função criadora que ele tem em relação a este último, o toque de arbitrariedade que ele traz para o sentido.

³ Observação feita por Mônica Zoppi e Viviane Veras durante a qualificação.

⁴ Freud (1912), p. 70.

⁵ Lacan (1953) Função e campo da fala e da linguagem in *Escritos*. p.271

A outra face é a face inconsciente. Que o exercício do significante evoca, por si mesmo, tudo que é da ordem do inconsciente, isto é suficientemente apontado ao olhar de Freud pelo fato de que as estruturas que o chiste revela, sua constituição, sua cristalização, seu funcionamento, não são outras senão aquelas que ele descobriu em suas primeiras apreensões do inconsciente, no nível dos sonhos, dos atos falhos – ou bem-sucedidos, como vocês quiserem entender –, no nível até mesmo dos sintomas, e às quais procuramos dar uma formulação mais rigorosa, nas rubricas da metáfora e da metonímia⁶.

As considerações que contemplam os nomes próprios e psicanálise serão apresentadas no Capítulo III. Nesse capítulo, retomamos os chistes selecionados por Freud que se processam na dependência de um nome próprio e acompanhamos a análise que Freud estabelece sobre os mesmos. Em seguida, colhemos alguns chistes do trabalho de Almeida (1998) e adicionamos outros de nosso cotidiano. Buscamos avançar a análise dos elementos que tornam os nomes próprios fáceis vítimas dos processos inconscientes, tendo como diretriz o aforisma lacaniano que sustenta “o inconsciente estruturado como uma linguagem”.

⁶ Lacan (1957/58) Seminário V: As formações do inconsciente ; p. 89.

I – O NOME PRÓPRIO NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM E NA LÓGICA

A questão da referência ordena as construções teóricas sobre o nome próprio no registro da Filosofia da Linguagem e da Lógica. Essa observação é visível nas construções teóricas de: John Stuart Mill, Gottlob Frege e Bertrand Russell, que serão retomadas neste trabalho de forma pontual, a fim de estabelecer os elementos desses campos de conhecimento que servirão de baliza aos autores da Lingüística e da Psicanálise.

Na opinião de Jean Molino (1982), são os filósofos e os lógicos os que se interessaram pela semântica do nome próprio e que têm orientado as pesquisas desse campo. Essa iniciativa, segundo ele, trouxe avanços e também dificuldades às elaborações complexas envolvidas nas análises do nome próprio.

Para acompanharmos essas elaborações, tomemos, primeiramente, o texto apresentado por John Stuart Mill, nos anos de 1866/1867, denominado *Sistema de Lógica Indutiva e Dedutiva*. Suas considerações sobre as classes dos nomes, o valor das proposições e sua afirmação de que os nomes são marcas distintivas influenciam outras teorias pela forma categórica como tais questões se dispõem em suas reflexões.

Interessado em esclarecer as bases da Lógica, Mill ressalta que podemos conhecer as verdades por duas vias: diretamente por si mesmas, ou por meio de outras verdades. As primeiras são objetos de intuição ou de consciência; as segundas, de inferências. O domínio da Lógica, segundo ele, deve se restringir à parte do conhecimento que se compõe de inferências tiradas de verdades previamente conhecidas, sejam por proposições gerais, sejam por observações e percepções particulares. Por esse ponto de vista, Mill afirma que a Lógica não é a ciência da crença, mas da prova ou da evidência.

Ele assevera que *a proposição é o primeiro objeto que se apresenta no limiar mesmo da ciência da lógica.*⁷ Sendo assim, a resposta a qualquer questão possível deve estar numa proposição ou asserção, que é constituída pela união de dois nomes e pode ser definida como um discurso em que algo é afirmado ou negado.

Toda proposição é composta por três partes: sujeito, predicado e cópula. O sujeito é o nome que denota a pessoa ou coisa de que algo é afirmado ou negado. O predicado é o nome que denota o que é afirmado ou negado. A cópula é o sinal que denota que há uma afirmação ou negação, e, desse modo, possibilita ao ouvinte ou leitor distinguir uma proposição de qualquer outra espécie de discurso.

A problematização sobre o nome próprio no domínio da Lógica surge no seio dessa análise sobre as proposições. Mill argumenta que o interesse pelo nome, como o primeiro objeto de considerações dos lógicos, estaria em conhecer o valor das proposições.

Dessa maneira, Mill considera que *a simples definição de nome como uma palavra (ou um conjunto de palavras) que preenche o duplo propósito de um símbolo para suscitar em nós a semelhança de uma idéia anterior e um signo para fazê-la conhecida de outras pessoas parece irrefutável*⁸. Ele sugere que os nomes fazem muito mais do que isso, mas qualquer outra coisa que façam provém e é resultado dessa dupla propriedade.

Observemos que Mill se posiciona ao lado do uso comum que é dado ao nome, ou seja, ele decide tomar o nome, em sua obra, como nomes das coisas e não como nomes de nossas idéias das coisas. Essas elaborações o levam a considerar as diferentes classes de palavras que podem constituir um nome. Ele se dedica a classificar os nomes e apresenta como primeira distinção uma separação entre os nomes de qualquer espécie daquelas

⁷ Mill (1979), p.85

palavras que não são nomes, mas apenas partes de nomes (*para, verdadeiramente, me, lhe, grande, pesado...*). Diante da constatação de que nem todas as palavras constituem um nome, Mill nos indica que, por vezes, várias palavras compõe um único nome.

Para ilustrar tal afirmativa, ele apresenta o exemplo seguinte: “*O lugar que a sabedoria ou política da Antigüidade destinou para a residência dos príncipes abissínios*” para mostrar que, na opinião dos lógicos, essas palavras são consideradas um só nome, um termo categoremático⁹. Seguindo esse argumento, um modo de determinar se um conjunto de palavras forma um nome – ou mais que um – é predicar algo dele e observar se, por essa predicação, fazemos uma ou várias asserções. É por isso que Mill sustenta que, quando dizemos: “*John Nokes, que era prefeito da cidade, morreu ontem*”, fazemos apenas uma asserção, donde conclui-se que “*John Nokes, que era prefeito da cidade*” é só um nome.

A proposta classificatória de Mill distingue os nomes quanto à sua significação. Ele afirma que todos os nomes são nomes de alguma coisa, real ou imaginária, mas nem todas as coisas têm nomes próprios e individuais. Diante dessa constatação, Mill propõe uma primeira grande divisão dos nomes entre nomes *gerais* e nomes *individuais* ou *singulares*. Considerando essa divisão fundamental, ele define o *nome geral* como aquele suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma entre um número indefinido de coisas. Assim, justifica que *homem* é suscetível de ser afirmado verdadeiramente de João, Jorge, Maria e outras pessoas, indefinidamente, e é afirmado de todos no mesmo sentido, pois a palavra *homem* expressa certas qualidades ao ser atribuída àquelas pessoas, portanto *homem* é um *nome geral*. O *nome individual ou singular* é aquele suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma só coisa. Sendo assim, *João* é

⁸ Mill (1979), p.88

⁹ Termo categoremático: a palavra que pode ser usada quer como sujeito quer como predicado de uma proposição sem ser acompanhada de nenhuma outra palavra.

suscetível de ser afirmado verdadeiramente apenas de uma única pessoa, pelo menos no mesmo sentido. Pois, embora haja muitas pessoas que usem esse nome, Mill afirma que não lhes foi conferido para indicar nenhuma qualidade ou alguma coisa que lhes pertença em comum.

Seguindo esse argumento, ele sugere que “*O rei que sucedeu Guilherme, o Conquistador*” é também um nome individual, pois o sentido das palavras implica que ele não pode se aplicar a mais de uma pessoa. Assim, se dissermos “o rei” – em uma ocasião ou contexto específico que seja capaz de definir um indivíduo – estaremos enunciando um nome próprio. Isto é, Mill salienta o caráter distintivo do nome próprio revelado em sua capacidade de indicar um particular. Esse posicionamento detona contra-argumentações de diversos teóricos ao longo das discussões acerca das descrições definidas e dos nomes próprios.

Outra distinção que ele estabelece é entre nomes *gerais* e nomes *coletivos*. *Nome geral* é aquele que pode ser predicado de *cada* indivíduo de uma multidão; o *nome coletivo* não pode ser predicado de cada indivíduo separadamente, mas apenas quando tomados em conjunto. O exemplo de um nome coletivo que ele dita é “*O septuagésimo sexto regimento de infantaria do exército britânico*”. *Se consideramos apenas “um regimento” estaremos diante de um nome que é ao mesmo tempo um nome coletivo e geral – geral no que refere a todos os regimentos individuais, coletivo no que se refere aos soldados que compõem qualquer regimento.*¹⁰

Ao passar por essa primeira classificação dos nomes, Mill apresenta uma outra divisão entre *nomes concretos* e *nomes abstratos*. Chama a atenção para o uso que é feito em seu texto das palavras *concreto* e *abstrato*, que estão sendo usadas no sentido que lhes

deram os escolásticos. Dessa forma, ele argumenta: *Por abstrato, então, deverei sempre, no sentido estritamente lógico, entender o oposto de concreto; por nome abstrato, o nome de um atributo; por nome concreto, o nome de um objeto*¹¹. Por esta classificação, podemos entender que *nome concreto é o que representa uma coisa; nome abstrato é o que representa o atributo de uma coisa*¹². Nesse modelo, “Pedro, cadeira, esta casa” são nomes de coisas assim como “branco”. Mas adverte Mill que *só se pode dizer que um nome representa ou é um nome das coisas quando pode ser predicado delas*¹³.

São esses elementos que fazem com que ele proponha uma terceira grande divisão dos nomes, em *conotativos* e *não-conotativos*; ele ressalta que estes últimos são, muitas vezes, mas impropriamente, chamados *absolutos*. *Esta é uma das mais importantes distinções que teremos ocasião de estabelecer e uma das que penetram mais fundo na natureza da linguagem*¹⁴, declara Mill, esclarecendo que um termo *não-conotativo* é aquele que denota um sujeito somente, ou um atributo apenas. Enquanto *conotativo* é o termo que denota um sujeito e implica um atributo. Ressaltamos que, por sujeito, ele entende qualquer coisa que possua atributos. Seguindo essa argumentação, ele classifica *branco, comprido, virtuoso* como termos *conotativos*. Os *nomes conotativos* são também chamados *denominativos*, porque o sujeito que denotam é denominado pelo atributo que conotam. Dentro dessa distinção, Mill sustenta que o nome representa os sujeitos *diretamente* e os atributos *indiretamente*.

Ao fazer uma distinção a respeito dos nomes concretos que não são gerais, mas individuais, Mill apresenta seu ponto de vista sobre os nomes próprios. Segundo ele, os

¹⁰ Mill (1979), p.92

¹¹ *ibid*

¹² *ibid*

¹³ Mill (1979), p.93

¹⁴ Mill (1979), p.94

*nomes próprios não são conotativos; denotam os indivíduos a quem dão o nome, mas não afirmam nem implicam qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos.*¹⁵ Ele apresenta:

*Quando chamamos uma criança de Paulo ou um cachorro de César, esses nomes são simples sinais usados para indicar esses indivíduos como sujeitos possíveis de um discurso. Pode-se dizer, na verdade, que deve ter havido alguma razão para lhes dar esses nomes em vez de qualquer outro, e é verdade; mas o nome, uma vez dado, é independente do motivo. Um homem pode se chamar João porque este era o nome do seu pai; uma cidade pode se chamar Dartmouth porque é situada na foz do rio Dart. Mas não há, na significação da palavra João, nada que implique que o pai da pessoa assim chamada tinha o mesmo nome; nem mesmo a palavra Dartmouth implica que esta cidade esteja situada na foz do Dart. Se a areia obstruísse a foz do rio ou um terremoto mudasse o seu curso e o afastasse da cidade, o nome da cidade não seria necessariamente mudado. Esse fato, portanto, não pode fazer parte da significação da palavra; pois, se, caso contrário, o fato cessasse reconhecidamente de ser verdadeiro, ninguém mais pensaria em chamá-lo do mesmo nome. Os nomes próprios estão vinculados aos objetos em si e não dependem da permanência de qualquer atributo do objeto.*¹⁶

Kripke (1972) retoma a definição utilizada por Mill de que os nomes têm denotação mas não têm conotação e também utiliza o exemplo do ‘Dartmouth’ – uma certa localidade da Inglaterra – para exemplificar o ponto de vista desse último. Kripke defende que a tradição clássica da lógica moderna tem se posicionado fortemente contra Mill e que as teorias de Frege e Russell parecem reconhecer seus enganos.¹⁷

Dentro de seu posicionamento, Mill observa que é fácil encontrar exemplos perfeitos de nomes individuais conotativos: *Pode fazer parte da significação do próprio nome conotativo o seguinte: só pode existir um indivíduo que possui o atributo que o nome conota. Como por exemplo, “o único filho de John Stiles”; “O primeiro imperador de Roma*¹⁸. Mas daí ele aponta: *Apenas os nomes de objetos que não conotam nada são*

¹⁵ Mill (1979), p.95

¹⁶ *ibid.*

¹⁷ But the classical tradition of modern logic has gone very strongly against Mill’s view Frege and Russell both thought, and seemed to arrive at these conclusions independently of each other, that Mill was wrong in a very strong sense: really a proper name, properly used, simply was a definite description abbreviated or disguised. p.255

¹⁸ Mill (1979), p.96

nomes próprios; e estes não têm a rigor, nenhuma significação. Tal formulação é exemplificada por ele mediante o conto das *Mil e Uma Noites*, em que o ladrão faz uma marca de giz numa casa para poder reconhecê-la novamente; a marca tem uma finalidade, mas não tem propriamente nenhuma significação, pois o giz não revela nada sobre a casa. Mill afirma que o objetivo da marca é apenas fazer uma distinção. Na história, aparece Morgana que marcou todas as outras casas de maneira idêntica e frustrou o plano do ladrão, pois eliminou a diferença entre aquela casa marcada e as demais. Mesmo com a presença do giz na primeira casa, a finalidade distintiva havia se desintegrado.

Quando impomos um nome próprio, realizamos uma operação até certo ponto análoga à que o ladrão pretendeu marcando a casa com giz. Colocamos uma marca não no objeto em si, mas, por assim dizer, na idéia do objeto. Um nome próprio não é mais que uma marca sem significação que juntamos em nossas mentes à idéia do objeto, a fim de que sempre que a marca encontrar nossos olhos ou ocorra aos nossos pensamentos, possamos pensar naquele objeto individual. Não sendo ligado à coisa em si, o nome próprio não nos torna capazes, como o giz, de distinguir o objeto quando o vemos, mas serve-nos para distingui-lo quando é mencionado, seja nos registros de nossa própria experiência, seja no discurso de outros, e para reconhecer que o que é afirmado por qualquer proposição de que é o sujeito, é afirmado da coisa individual por nós previamente conhecida.¹⁹

Esses elementos, que apresentam o nome próprio como marca sem significação capaz de efetuar uma distinção, são indispensáveis para as elaborações que se instauram nos debates posteriores, seja nas questões sobre saturação, seja na dimensão dos estudos que tratam da subjetividade na linguagem.

Podemos ordenar as classificações propostas por Mill da seguinte maneira:

¹⁹ Mill (1979), p.97

Nomes gerais	Nomes individuais ou singulares
Suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma entre um número indefinido de coisas. Ex.: Homem.	Suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma só coisa. Ex.: João.

Nomes coletivos	Nomes gerais
Pode ser predicado somente tomado em conjunto. Ex.: 23º BPM.	Nome que pode ser predicado de cada indivíduo numa multidão.

Nomes concretos	Nomes abstratos
Representa uma <u>coisa</u> ; pode ser predicado. Ex.: branco.	Representa o <u>atributo</u> de uma coisa. Ex.: brancura.

Nomes conotativos (denominativos)	Nomes não-conotativos
Denota um sujeito e implica um atributo. Ex.: branco, comprido, virtuoso.	Denota um sujeito somente ou um atributo apenas. Ex.: João, Londres, brancura.

Nessa classificação operada por Mill, destacamos o que ele considera um nome próprio: os nomes de objetos que não conotam nada e que não possuem significação, ou seja, segundo Mill, os nomes próprios não são conotativos, pois denotam os indivíduos a quem dão o nome, mas não implicam qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos.

Marcando pontos de concordância e discordância em relação às construções de Mill, apresentamos os trabalhos de Gottlob Frege (1848-1925), que, mantendo um trânsito constante com a lógica e com a aritmética, produziu um material amplo nessas áreas de conhecimento, bem como na área da filosofia da linguagem. Seu trabalho apresenta uma

complexidade e repercute em diversas áreas, circulando nos debates em que se propõe falar sobre sentido, referência e nome próprio.²⁰

As produções de Frege, extremamente valiosas para as construções posteriores no campo da significação, sentido e referência, tomam contornos cruciais em dois textos que destacamos: *Über Sinn und Bedeutung* (Sobre o sentido e a referência) e *Über Begriff und Gegenstand* (Sobre o conceito e o objeto), ambos publicados em 1892.

Segundo Santos (1983), os três primeiros períodos da obra de Frege centralizaram-se no projeto de redução da aritmética à lógica, projeto que poderia ser sintetizado em dois objetivos: 1º) definir toda expressão aritmética em termos lógicos e com isso mostrar que toda expressão aritmética significa o mesmo que uma expressão lógica determinada; 2º) definida a primeira, mostrar que as proposições lógicas poderiam ser deduzidas de leis lógicas imediatamente evidentes.

Sabemos que, quando a Lógica Clássica toma o princípio da identidade como primeiro princípio em que se nota que $a = a$, a dimensão da igualdade é colocada a serviço das proposições e valores de verdade. Como citamos, o emprego da cópula traz para as proposições a união de dois nomes. Boll e Reinhart (1946) insistem que, em conformidade com a oposição que reina entre a lógica científica e a linguagem, o emprego do verbo *ser* em lógica aparece em quatro acepções diferentes: 1) para exprimir identidade entre dois conjuntos; 2) para exprimir a pertença de um objeto a um conjunto; 3) para exprimir a conveniência de um objeto a um conjunto; 4) para exprimir a existência. Diante de nossos

²⁰ Conforme demarca Guimarães (1995) para a construção do campo que trata das palavras (relacionando sentenças, sentido e verdade) e para a filosofia da linguagem de modo geral, teve grande influência nos estudos sobre a significação os trabalhos de maturidade de Frege. Em particular, sua distinção entre *sentido e referência*, com a qual decompõe a noção de conteúdo foi de grande importância. Essa distinção que Frege opera entre sentido e referência também foi marcada como essencial por Paul Henry (1992) que descreve: *A originalidade da teoria da significação em Frege deve-se ao fato de ele recusar-se a considerar que o sentido seja denominador comum das representações individuais ou mesmo que ele proceda de sua ligação com a referência.*

propósitos, destacaremos a acepção que marca o verbo *ser* expressando a identidade de dois conjuntos ou a identidade de dois objetos: “X idêntico a Y”. Boll e Reinhart apontam que, nesse caso, *é* pode ser substituído por *coincide com* e eles exemplificam esse argumento pela frase: “O fenilsulfimidato de sódio é a sacarina”.

Mas esses autores também apontam as várias confusões advindas dessa proposição, pois na célebre frase “Sócrates é mortal” não é possível considerar que Sócrates é “idêntico” a mortal. Isso prova a identidade na diferença, salientam os autores, e abre debates de extrema relevância. O domínio da igualdade entre dois nomes, sustentado pelo princípio de identidade, é então questionado.

São também quatro as características fundamentais que resumem as sistematizações das leis ideais do pensamento, elaboradas pela Filosofia Antiga e pelos lógicos da Idade Média: 1- ambivalência; 2- normatização; 3- vinculação a uma metafísica essencialista; 4- o estarem presas ao âmbito da linguagem corrente. O surgimento da álgebra foi um dos detonadores de uma mudança na Lógica durante a Idade Moderna. E, segundo Santos, foi somente no século XIX que alguns pensadores conseguiram construir uma lógica formal liberta dos entraves que impediram o desenvolvimento da lógica clássica; as investigações realizadas por Gottlob Frege foram extremamente importantes, o que o torna, na opinião de muitos historiadores, o verdadeiro fundador da moderna lógica matemática.

A lógica clássica não era suficiente para solucionar tais entraves, e Frege ocupou-se da tarefa de elaborar novas contribuições para a lógica. Essa tarefa foi efetuada em sua obra intitulada *Anwendungen der Begriffsschrift* (Aplicações da Ideografia). Nessa obra, Frege

se dedica à formulação de uma ideografia²¹, uma linguagem simbólica artificial por fórmulas de pensamento puro, imitada da linguagem aritmética.

A ideografia, como toda linguagem simbólica, tem por objetivo substituir a linguagem natural, pois, para Frege, essa última possui insuficiências e pode provocar deduções ilegítimas, sendo por isso imprópria ao uso científico. A ideografia seria, portanto, um meio preciso para veicular conceitos, tendo seu domínio em determinados campos científicos.

Henry (1992) demarca que a elaboração conceitual de uma noção de pressuposição em Frege faz parte do projeto de constituição de uma *Begriffsschrift* destinada a remediar as imperfeições da linguagem natural. Esse procedimento, segundo Frege, permitiria, pelo menos, dissolver as imperfeições da linguagem ordinária, devolvendo a ela um ar de credibilidade no seu uso controlado.

Para que a conceitografia não seja desprovida de interesse, é necessário que um mesmo 'objeto' possa ser designado de várias maneiras, que não fosse para poder escrever que, em um triângulo ABC, a intersecção das medidas oriundas de A e de B e das medianas oriundas de B e C são um único e mesmo 'objeto'. Na terminologia de Frege, dir-se-á que se trata de nomes com sentido diferente tendo a mesma referência. Isso posto, Frege considera que os erros lógicos provenientes do fato de expressões com aparência de nome próprio não tenham referência não são menos perigosos que os provenientes da ambigüidade das expressões denunciadas por todos os livros de lógica.²²

A ideografia deve possibilitar analisar toda proposição a fim de poder julgá-la verdadeira ou falsa. Frege sugere que uma proposição, do ponto de vista lógico, não passa de uma maneira de nomear o verdadeiro e o falso. Sendo, nesse ponto, concordante com a definição de Mill no que se refere à função da Lógica.

²¹ Optamos, neste trabalho, pelo uso do termo *ideografia* para traduzir *Begriffsschrift*, seguindo padrão utilizado por Paulo Alcoforado – tradutor dos textos de Frege para a edição brasileira que são utilizados neste trabalho. Alguns autores traduzem esse termo por *conceitografia* e manteremos esse último nas citações.

²² Henry (1992), p.63

No artigo intitulado *Sobre o sentido e a referência*, Frege parte da noção de igualdade (identidade) para produzir conhecimento novo. Ele questiona se a igualdade seria uma relação entre objetos ou uma relação entre nomes ou sinais de objetos. E indica ter assumido a última alternativa. Dessa forma, podemos apontar uma igualdade do tipo $a=b$, ao considerarmos que os sinais ou os nomes a e b referem-se à mesma coisa; *mas esta relação se manteria entre os nomes ou sinais, apenas na medida em que denominassem ou designassem alguma coisa*²³.

Segundo Guimarães (1995), Frege constituiu esta função ao deparar-se com a questão da identidade. Diante de duas igualdades $a=a$ e $a=b$, ele considera que é necessário tratar a igualdade como uma relação entre os sinais a e b e não entre os objetos designados por a e b . Se considerássemos a igualdade entre os objetos, então $a=b$ não seria, em nada, diferente de $a=a$. Frege chama a atenção dos filósofos e matemáticos para as questões da significação, pois esta última não se reduz ao que é nomeado. Dessa forma, ele parte da noção de igualdade para ser capaz de propor em que condições essas proposições são verdadeiras.

Conforme Guimarães (1995), tratar a questão da igualdade exige que se considere, na significação das expressões da linguagem, o sentido e a referência. Isto porque, para falar da igualdade, de modo que interesse à questão do conhecimento, é preciso considerar as diferenças entre as relações de identidade; isso torna decisiva a distinção que Frege faz entre representação, por um lado, e sentido e referência, por outro.

Molino (1982) assegura que a Lógica coloca um problema que concerne diretamente ao nome próprio quando questiona como uma proposição que afirma a identidade de referência de dois nomes próprios pode ser, ao mesmo tempo, verdadeira e

²³ Frege, pag.61.

informativa²⁴. Seguindo Frege, Molino realça o exemplo de um explorador que descobriu, numa região desconhecida, uma montanha que ele nomeia “Alfa” e que, independentemente dele, um outro explorador lhe dá o nome de “Ateh”, sem saber que se trata da mesma montanha, pois ele viu sob um outro aspecto e vindo de uma outra direção. Molino lança a pergunta: o dia em que se descobrir que “Alfa = Ateh”, como será compatível com o fato que a fórmula $a=b$ não pode ser verdadeira se b é a ? Molino argumenta que é por esta razão que Frege introduziu sua distinção entre sentido e referência: *o nome próprio tem uma referência, isto é o indivíduo que ele designa, mas também um sentido.*

Frege propõe pensar sinal – sentido – referência para caracterizar a especificidade de cada um desses elementos. Expondo a conexão regular que há entre eles, Frege define que, ao sinal, corresponde um sentido determinado e, ao sentido, corresponde uma referência determinada (enquanto que a uma referência não deve pertencer apenas um único sinal). Dessa forma, ele afirma:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto (...) por ‘sinal’ e por ‘nome’, entendi qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado.²⁵

Frege indica que a designação de um objeto singular pode consistir em várias palavras ou outros sinais, e a esses ele denomina nome próprio. O nome próprio é um termo conceitual que exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência.

²⁴ « La logique a aussi posé un autre problème qui concerne directement le nom propre et que l'on peut résumer de la façon suivante : comment une proposition qui affirme l'identité de référence de deux noms propres peut-elle être à la fois vraie et informative ? » Molino (1982), p.15

²⁵ Frege (1978), p.62

O sentido pode ser caracterizado como convencional, constante, estável, pois é entendido como o modo de apresentação do objeto. Frege corrobora: *O sentido de um nome próprio é entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence*²⁶.

Para Frege, a referência é o modo de apresentação do objeto. Ele aponta que a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos. Vale pontuar que o sentido nunca assegura uma referência, e Frege afirma que uma sentença sem referência não tem valor de verdade. Conforme já marcamos, esse elemento é fundamental para pensarmos o valor das sentenças e busca da verdade, sendo esses elementos os que dirigem as formulações sobre sentido e referência. Segundo Guimarães (1995), Frege põe em pauta, no campo da lógica, a questão do sentido, mantendo a necessidade do tratamento da referência, já que a lógica está preocupada com a questão da verdade. Frege considera que expressões distintas podem ter sentidos diferentes e a mesma referência, ou seja, uma referência não é designada só por um único sinal, pois são sintagmas nominais ou palavras que apontam para um objeto particular, único.

Queremos salientar que a pressuposição de existência, noção de grande importância para a semântica formal, começa com Frege, pois, em seu modelo, pode-se considerar que pressupor algo é diferente de afirmar. Sabemos que o conceito de pressuposto, tal como a distinção sentido/referência, terá uma longa história nos estudos lingüísticos.²⁷

Segundo Henry (1992), é para explicar porque a linguagem ordinária é feita de modo que, do ponto de vista do conhecimento, seu emprego possa conduzir ao erro, à ilusão ou à demagogia que Frege introduz a noção de pressuposição. Ela caracteriza, do ponto de vista do conhecimento, o estatuto das expressões gramaticalmente referenciais

²⁶ Ibid., p.63

com relação ao estatuto dos nomes próprios. Destacamos esse ponto por percebermos, em concordância com Henry, que a noção de pressuposição em Frege é inseparável do papel fundamental atribuído aos nomes próprios no uso da linguagem.

Henry demarca que os pressupostos parecem escapar da contra-asserção, criando um problema lógico quando se trata da verdade das proposições. Entretanto, Frege estabelece uma distinção entre nomes próprios e expressões gramaticais que introduzem pressupostos. É que, para os nomes próprios, a existência ou a não-existência de uma referência repousa sobre a evidência. No caso das expressões, elas fazem intervir um julgamento que não repousa necessariamente sobre a evidência. Dessa forma, Henry ressalta que a questão da pressuposição pode ser considerada como um sintoma destinado a fazer aparecer um certo número de problemas teóricos fundamentais com que a lingüística depara hoje; problemas que giram em torno de duas questões-chaves: a semântica e a enunciação.

Frege define pensamento / juízo como uma proposição da qual se pode extrair seu valor de verdade, ou seja, seus objetos. A ambigüidade das expressões, portanto, é vista como erros lógicos e o *valor de verdade* de uma sentença é reconhecido como sua referência. Mas esse elemento é reavaliado quando ele vai discutir o valor das sentenças subordinadas e das sentenças substantivas abstratas, ao que ele conclui:

Aqui a única conclusão pertinente é que a referência de uma sentença nem sempre é seu valor de verdade, e que 'Estrela da Manhã' nem sempre se refere ao planeta Vênus, a saber, quando esta expressão tem sua referência indireta.²⁸

²⁷ Ver: Guimarães, E. Os limites do sentido. Campinas: Pontes, 1995.

²⁸ Frege (1978), p. 73

Outro apontamento importante que Frege aborda é que a referência e o sentido de um sinal devem ser distintos da representação associada a esse sinal, pois a representação é subjetiva e, dessa maneira, difere essencialmente do sentido de um sinal.

Conforme Santos, o núcleo da ampliação do campo da lógica, realizada por Frege, encontra-se em sua teoria do conceito, que ele elucidou em 1892, no artigo *Sobre o conceito e o objeto*. O que tradicionalmente se chama “conceito” nada mais é, para Frege, do que uma função que tem para qualquer argumento um valor de verdade. A extensão de um conceito pode também ser entendida como o conjunto de objetos que caem sob esse conceito. Desse modo, Frege incorpora a teoria dos conjuntos à lógica, isto é, à teoria que trata de conceitos enquanto elementos possíveis de proposições. Para Frege, uma extensão de conceito (conjunto) distingue-se de um mero agregado físico de coisas, pelo fato de comportar uma mediação lógica: ser determinada por um conceito.

Frege aponta²⁹: *A palavra “conceito” é empregada de diversos modos; em parte, em sentido psicológico, em parte, em sentido lógico e, em parte talvez, numa confusa mistura de ambos*. Esclarece que utiliza o termo “conceito” em seu sentido lógico, salientando que *um conceito é a referência de um predicado, enquanto um objeto é o que nunca pode ser a referência total de um predicado, embora possa ser a referência de um sujeito*.³⁰ Para Frege, o comportamento do conceito é essencialmente predicativo, mesmo quando se predica algo dele. Conseqüentemente, ele só pode ser substituído por outro conceito, nunca por um objeto.

As palavras “objeto” e “conceito” serviriam, então, apenas para indicar diferentes posições dos termos na relação. Para Frege, um objeto cai sob um conceito, caso este

²⁹ Frege (1978), p.89

³⁰ Frege (1978), p.95

último lhe assinale como valor o verdadeiro. Frege sustenta que os conceitos são uma classe de funções que delineiam argumentos para os valores de verdade.

Como marcamos anteriormente, Frege pretendia fazer uma ideografia, isto é, uma linguagem por fórmulas modeladas pela lei da aritmética. Buscava uma fórmula artificial que denominasse os conceitos de uma forma unívoca. É em seu artigo denominado *Função e conceito* que Frege considera a noção de saturação, apontando a relação entre a função (matemática) e o conceito. A função tem um sentido insaturado, tem que ser aplicada sobre um número para poder designar algo. Assim como propôs diferenciar o objeto do nome do objeto, propõe também diferenciar a função do nome da função.

Pêcheux (1995) propõe uma tabela para pensar a relação e a diferenciação que Frege estabelece entre referente e sentido, considerando objeto e conceito:

Objeto (denotação)	Pensamento (sentido)
Nome próprio ↓ objeto	Predicado, função ↓ conceito
“saturação” (nenhum “lugar vazio”)	“não-saturação” (lugar vazio)

Pêcheux analisa a tabela, descrevendo:

Tudo ocorre como se houvesse, segundo Frege, um funcionamento em dualidade, correspondendo à tabela na qual as duas setas verticais expressam, respectivamente, que a denotação de um nome próprio é um objeto determinado, e que a denotação de um predicado é um conceito. Por sua vez, a maneira pela qual se estabelecem as relações entre as duas partes da tabela é regulada pela afirmação fregeana segundo a qual se deve considerar os objetos como valores de função, isto é, como resultado da saturação de uma função por um argumento que venha ocupar o ‘lugar vazio’ dessa função.³¹

³¹ Pêcheux (1995), p. 105

Pêcheux constata que Frege utiliza, para sua análise, não somente termos do vocabulário da Lógica, mas também expressões pertencentes à Lingüística de sua época. É desse ponto de vista que Frege aponta o funcionamento da língua relacionado com o funcionamento do que ele chama pensamento.

No que toca a questão do nome próprio, a proposta de Frege, ao estabelecer que um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) designa um objeto singular (um objeto determinado), é bastante pertinente. Nessa vertente, o nome próprio refere a um único objeto (unicidade) e não deve ser confundido com sentido, com referência, nem com representação. Essa diferenciação é fundamental para as construções teóricas que o sucederam:

*A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto.*³²

Bertrand Russell (1872–1970) foi um dos interlocutores de Frege, propondo inclusive questões paradoxais que veremos em seguida. Ele percebeu toda a importância da construção teórica de Frege e as implicações de muitos de seus princípios. A obra de Russell a respeito da filosofia da matemática assumiu nova diretriz quando ele encontrou o lógico italiano Giuseppe Peano³³ que havia desenvolvido um sistema próprio de lógica matemática; a notação por ele adotada pareceu a Russell o instrumento de análise lógica que vinha procurando há anos. Russell dedicou-se em aperfeiçoar a notação de Peano, trabalhando em sua produção matemática, mas também mantendo seu interesse em outros aspectos da filosofia.

³² Frege (1978).

³³ Operador iota introduzido por Peano: $i_x (x \in P)$

Segundo Alfred Ayer (1974), a redução que Russell faz da matemática à lógica, tem como conseqüência a eliminação dos números em favor das classes. Esse elemento é observado na preferência de Russell em tratar as classes como conjuntos de objetos que satisfazem algumas funções proposicionais; como exemplo dessa argumentação, podemos considerar a classe dos homens identificada ao conjunto de objetos que atribuem valores verdadeiros à função “x é homem”. Ayer ressalta:

Isso lhe permite eliminar as classes, uma vez que todo enunciado acerca de uma classe pode ser traduzido em enunciado acerca de uma correspondente função proposicional. Há, para isso, uma dificuldade, que surge do fato de mais de uma função poder determinar a mesma classe, como a classe dos homens é também, por exemplo, a classe dos bípedes implumes – mas essa dificuldade pode ser vencida. Há ainda outro problema: é natural supor que toda função proposicional determine uma classe, ainda que seja uma classe vazia e, em alguns casos, a classe pode ter por membros outras classes, embora Russell estabeleça a presunção de que funções que abrangem classes sejam, ao final, substituíveis por funções que abrangem indivíduos. Ocorre porém, que, se não restringirmos o âmbito de nossas funções, voltaremos a cair em contradição.³⁴

Russell levantou como importante questão o fato de uma classe ser ou não ser membro de si mesma. Por esse raciocínio, pode-se dizer que a classe de coisas que podem ser contadas é, ela própria, algo que pode ser contado. Mas por outro lado, não podemos dizer o mesmo da classe dos homens, pois ela não é um homem. Essa consideração resultou no famoso Paradoxo de Russell, que citamos anteriormente. Foi a descoberta dessa contradição que retardou a composição dos *Principles of Mathematics* e esse paradoxo foi apresentado a Frege, que percebeu o quão relevante era a argumentação de Russell. Em meio a esses elementos lógicos e às elucidações sobre classes e funções, Russell formula sua teorização sobre nome próprio.

Molino considera que o nascimento da lógica moderna trouxe novos problemas técnicos postos pelos sistemas lógicos e sua semântica e que estão apresentados na análise de nomes próprios.

Que fazer então dos nomes próprios que não denotam nada de real, como Papai Noel, Pégasus ou Julien Sorel? Tal é a dificuldade que conduziu Russell a sua concepção dos nomes próprios como descrições implícitas. Há com efeito, para ele, nomes próprios lógicos, que denotam sempre um objeto existente e que o equivalente mais próximo nas línguas naturais é fornecido pelos dêiticos³⁵. (tradução nossa)

Nessa perspectiva, os nomes próprios da língua natural não poderiam ser considerados como nomes autênticos, pois existem nomes próprios que simulam designar. Russell admite, em *Principles of Mathematics* e em outros trabalhos, que o significado de um nome deve ser identificado ao objeto que o nome denota. Coloca-se, por essa via, a condição necessária, embora não suficiente, para que algo possa ser nomeado – a de que possa ser denotado. Nesse momento, Russell considera um “termo” tudo que pode ser mencionado; todo termo poderia ser um sujeito lógico de uma proposição; e tudo que pudesse ser sujeito lógico de uma proposição poderia ser nomeado. Segue daí que, em princípio, era possível usar nomes para fazer referência não apenas a qualquer coisa existente em qualquer lugar e tempo, mas também para fazer referência a entidades abstratas de todas as espécies, a coisas não existentes, como o atual czar da Rússia, a entidades mitológicas e mesmo a entidades logicamente impossíveis, como o maior número primo.

Russell, entretanto, se colocou de forma diferente diante do problema da denotação. Ele verificou que sua posição em *Principles of Mathematics* (1903) dava origem a problemas que não podia resolver – e alguns desses problemas são colocados pelo artigo *On denoting* (1905) e, mais tarde, incluído em *Logic and knowledge*. Exemplificando essa colocação de Russell, Ayer aponta: *se as frases denotadoras, como “o autor Waverley”* ,

³⁴ Ayer (1974), p.49

³⁵ Molino (1982), p.14 « *Que faire alors des noms propres qui ne dénotent rien de réel, comme Père Noël, Pégase ou Julien Sorel ? Telle est la difficulté qui a conduit Russell à sa conception des noms propres comme*

*têm a função de nomes e se o significado de um nome se identifica ao objeto que denota, o que pretendemos dizer, ao falarmos que Scott foi o autor de Waverley, é simplesmente que Scott era Scott. E não obstante, é óbvio, como observa Russell, que George IV não estava expressando interesse pela lei da identidade, quando desejou saber se Scott era o autor de Waverley.*³⁶

A fonte principal dessas dificuldades reside no fato de Russell presumir que frases denotadoras têm propriedades que ele atribui aos nomes. Sua teoria das descrições tem o objetivo de mostrar que expressões definidas ou indefinidas não são usadas como nomes (logicamente próprios), visto que, para que tenham significado, não se faz necessário que denotem alguma coisa para dar sentido às sentenças em que figuram. Por admitir que os nomes próprios como “Scott” ou “Londres” têm conotação, Russell é levado a tratá-los como descrições implícitas. Vejamos, nesse ponto, uma diferença de posicionamento em relação às contribuições de Mill.

Na apresentação de sua filosofia, em 1924, ao descrever a sua própria posição, Russell a chamou de atomismo lógico. A tese fundamental do atomismo lógico é a de que o mundo consiste de particulares simples que só apresentam qualidades simples e que, entre si, mantêm apenas relações simples. Russell define os objetos simples como aqueles suscetíveis de denotação por nomes logicamente próprios.

Russell aponta que, quando fala de um fato, não significa uma coisa particular existente, tal como Sócrates ou a chuva ou o sol. Declara, assim, que Sócrates em si mesmo não torna verdadeiro ou falso nenhum enunciado. *Fato*, para Russell, é a espécie de coisa que se expressa por uma sentença inteira, não por um nome simples como ‘Sócrates’.

descriptions cachées. Il y a en effet pour lui des noms propres logiques, qui dénotent toujours un objet existant et dont l'équivalent le plus proche dans les langues naturelles est fourni par les déictiques. »

³⁶ Ayer (1974), p. 54

Portanto, *quando uma única palavra vem expressar um fato, como “fogo” ou “lobo”, isto é devido a um contexto não expresso, e a expressão completa de um fato sempre envolverá uma sentença*³⁷. Os fatos pertencem ao mundo objetivo, podendo existir *fatos particulares*, tal como “isto é branco”; e *fatos gerais*, tais como “todos os homens são mortais”. Russell ressalta que a distinção entre fatos particulares e fatos gerais é da maior importância.

É nessa rede que Russell define a proposição como sendo simplesmente um símbolo. E considera que, no caso de um nome, existe uma única relação que ele pode ter com o que nomeia, ou seja, *um nome só pode nomear um particular ou, se não o nomeia, não é em absoluto um nome, é um ruído*³⁸. A diferença entre nome e proposição se situa nesse ponto, pois o nome deve ter exatamente aquela relação particular de nomear alguma coisa, mas uma proposição não deixa de ser uma proposição se for falsa. Ele infere, a partir disso, que as características lógico-formais das proposições são bastante diferentes das características dos nomes, pois as proposições estabelecem relações diferentes com os fatos. Elas não são nomes para os fatos.

Em concordância com Frege, Russell se preocupa em elaborar uma linguagem logicamente perfeita; esse feito foi o que ele pretendeu elaborar no *Principles of Mathematics*, tratando de uma linguagem que possui unicamente sintaxe e não possui nenhum vocabulário. Russell também ressalta, assim como Frege, que as linguagens reais não são logicamente perfeitas. *Uma linguagem logicamente perfeita, se pudesse ser construída, não somente seria intoleravelmente prolixa, mas, com relação a seu vocabulário, seria em grande medida pessoal de um orador*³⁹.

³⁷ Russell (1985), p.57

³⁸ Russell (1985), p.61

³⁹ Russell (1985), p.69

Para Russell, a única espécie de palavra teoricamente capaz de representar um particular é um *nome próprio*, e declara que a questão completa dos nomes próprios é bastante curiosa. Nota sua afirmativa, escrevendo: Nomes próprios = palavras para os particulares.

Diante dessa notação, ele observa que algumas palavras que são consideradas nomes na linguagem, tais como “Sócrates”, “Platão” e assim por diante, tinham originalmente a intenção de preencher aquela função dos particulares. Mas não preenche mais essa função e, dessa maneira, aceitamos, na vida cotidiana, como particulares todas as espécies de coisas que realmente não são particulares.

Eis um ponto polêmico da argumentação de Russell e que foi retomado por diversos teóricos, tais como Gardiner (1954), como contraponto para sua argumentação. Russell diz que os nomes que comumente usamos, como “Sócrates”, são realmente abreviações para as descrições e o que eles descrevem não são particulares, mas complicados sistemas de classes ou séries.

Um nome, no sentido lógico estrito de uma palavra cujo significado é um particular, pode-se aplicar somente a um particular com o qual o orador esteja familiarizado, porque não podemos nomear nada com o qual não estejamos familiarizados. Lembremos que, quando Adão nomeou os animais, eles apareceram um a um diante dele, e ele se familiarizou com eles e os nomeou. Não estamos familiarizados com Sócrates, e portanto não podemos nomeá-lo. Quando usamos a palavra “Sócrates”, estamos na verdade usando uma descrição. Nosso pensamento pode ser interpretado por algumas frases tais como, “o mestre de Platão”, ou “o filósofo que bebeu cicuta”, ou “a pessoa que os lógicos afirmam ser mortal”, mas certamente não usamos um nome como um nome no sentido apropriado da palavra⁴⁰.

O próprio Russell admite que com essas restrições à definição do nome próprio é muito difícil obter algum exemplo de um nome no sentido lógico estrito e apropriado do termo. Baseando-se nesse argumento, ele apresenta as palavras “isto” ou “aquilo” como as únicas que podemos usar como nomes no sentido lógico. Ele apresenta o uso de “isto”

como um nome que representa um particular com o qual se está familiarizado em um determinado momento.

Dizemos “isto é branco”. Se se concorda que “isto é branco”, significando-se o “isto” que se vê, usa-se “isto” como nome próprio. Mas se se tenta apreender a proposição que estou expressando quando digo “isto é branco”, não se poderá fazê-lo. (...) Somente quando se usa “isto” de modo bastante estrito, representando um objeto real dos sentidos, é que ele é realmente um nome próprio⁴¹.

Isto, entretanto, trata-se de um nome próprio ambíguo, mas da mesma forma é realmente um nome próprio, e é quase a única coisa acerca da qual penso que se usa de modo apropriado e logicamente no sentido que estou falando, está no sentido da lógica, não da vida cotidiana⁴². Ou seja, esse elemento marca uma profunda diferenciação entre o estudo do nome próprio em uma ideografia e nos domínios do vivido cotidiano.

Ele admite que o nome próprio, por freqüentemente nomear a mesma coisa em dois momentos consecutivos e não significar a mesma coisa para aquele que fala e para aquele que ouve, possui uma propriedade bastante surpreendente.⁴³

Em relação às descrições definidas, Russell afirma que elas não são nomes. Um nome é um símbolo simples usado para designar um particular determinado, o que o leva a considerar que o significado de um nome é conhecer a quem ele se aplica.

Algumas vezes verificamos as pessoas falando como se as expressões descritivas fossem nomes próprios, e verificaremos sugerir-se, por exemplo, que uma proposição tal como “Scott é o autor de Waverley” realmente afirma que “Scott” e o “autor de Waverley” são dois nomes para a mesma pessoa. Este é um engano completo; antes de mais nada, porque “o autor de Waverley” não é um nome, e em segundo lugar, porque como podemos ver perfeitamente bem, se existisse o que significa, a proposição seria uma proposição parecida a “Scott é Sir Walter”, e não dependeria de nenhum fato, exceto que a pessoa em questão assim se chamasse, porque um nome é o que se chama um homem.⁴⁴

⁴⁰ Russell (1985), p.72

⁴¹ *ibid.*

⁴² *ibid.*

⁴³ Essa observação foi notada por Saussure quando discorreu sobre identidade e valor; Saussure exemplifica tal observação mediante os diferentes usos de *Monsieur* na formulação de uma frase. Ver: Saussure, 1916.

⁴⁴ Russell (1985), p.106

Para Russell, a identidade é uma coisa bastante enigmática à primeira vista. Segundo ele, quando dizemos “Scott é o autor de Waverley” e este “é” expressa identidade, a razão de que se possa afirmar a identidade de modo verdadeiro, é pelo fato de que um dos constituintes é um nome e o outro uma descrição. Também os dois poderiam ser descrições, se considerássemos, por exemplo, “o autor de Waverley é o autor de Marmion”.

Molino pontua que um outro problema técnico da lógica conduziu mais recentemente Saul Kripke (1972) a recusar a análise de Russell e propor uma nova concepção do nome próprio. Sabe-se que Russell identifica nomes próprios e descrições definidas porque seu comportamento lógico é análogo; por outro lado, Kripke opõe nomes próprios e descrições definidas, porque na análise semântica dos sistemas de lógica modal, os nomes próprios não têm o mesmo comportamento que as descrições definidas.

Em relação às descrições definidas, em seu artigo intitulado *Naming and necessity*, Kripke (1972) apresenta algumas considerações envolvendo referência e necessidade na filosofia analítica. Interessado em abordar a nomeação, ele ressalta que por um nome ele toma um nome próprio, isto é, o nome de uma pessoa, de uma cidade, de um país etc. Faz essa marcação para apontar que a Lógica Moderna tem se interessado pelo estudo das descrições definidas. É importante assinalar que Kripke não inclui as descrições definidas ao utilizar o termo “nome”. Ele indica:

*Nós usaremos o termo ‘nome’ de tal forma que ele não inclua descrições daquele tipo, mas somente aquelas coisas que em linguagem ordinária seriam chamadas nomes próprios. Se nós queremos um termo comum para cobrir nomes e descrições nós podemos usar o termo ‘designador’.*⁴⁵

⁴⁵ We will use the term ‘name’ so that it does not include definite descriptions of that sort, but only those things which in ordinary language would be called proper names. If we want a common term to cover names and descriptions we may use the term ‘designator’. Kripke, p.254

Kripke apresenta alguns argumentos em favor de Frege e Russell, dizendo que esses dois parecem dar o valor natural de como a referência é determinada, enquanto Mill parece não dar nenhum valor a isto⁴⁶. Ele considera que a análise em termos de descrição traz confusão, indicando como um dos problemas a utilização de dois nomes para um mesmo referente. Retoma, como exemplo, o caso analisado sobre Hesperus (estrela da tarde) e Phosphorus (estrela da manhã) – nomes da estrela que na verdade era o planeta Vênus.

Kripke sustenta, discordando de Frege, que não é uma fraqueza da linguagem que faz com que não possamos substituir uma descrição particular por um nome, pois o que nós associamos a um nome é a família de descrições definidas. Nesse sentido, ele se refere ao ponto de vista de Searle, que sustenta que o referente de um nome é determinado não pela descrição singular mas, pelos muitos agrupamentos ou famílias descritivas. Kripke apresenta os dois caminhos possíveis para sustentar essa argumentação: 1) uma única descrição dá o sentido do nome; 2) uma descrição não dá o sentido do nome, mas determina sua referência.

Ele declara que é necessário recorrer à noção de ‘identidade através dos mundos possíveis’ para fazer a distinção entre *designador rígido* e *designador não-rígido* ou *accidental*: chame algo ‘designador rígido’ se, em qualquer mundo possível, ele designa um objeto; um ‘não-rígido’ ou ‘designador accidental’ (casual) se não é esse o caso.⁴⁷ Podemos salientar que, nesse aspecto, o *designador rígido* ou é a origem ou a fonte da enunciação. Esse argumento muito nos interessa, pois uma das teses intuitivas de Kripke é que os nomes próprios são designadores rígidos.

⁴⁶ Frege and Russell, then, appear to give the natural account of how reference is determined here; Mill appears to give none. Kripke, p. 256

⁴⁷ Let's call something a *rigid designator* if in any possible world it designates the same object, a *non rigid or accidental designator* if that is not the case.

Granger (1982) remarca a insistência de Kripke ao prosseguir as análises de Donellan sobre a caracterização do nome próprio como “designador rígido”, ou seja, o nome próprio, independentemente dos predicados atribuídos ao objeto que ele designa, se ligaria a este objeto como a um ponto arquimediano sem fraudes. Afirma que Kripke considera o nome próprio à medida que ele designa univocamente um indivíduo não dependendo senão em aparência de nossa maneira de descrevê-lo.

Kripke apresenta as argumentações teóricas sobre designação por pressupostos que circulam no campo da Filosofia e que são discutidos por ele ao longo de seu texto, apontando seus pontos de concordância e discordância com os autores que discutem tais questões.

Granger, retomando a idéia de ‘designador rígido’ aplicado ao verdadeiro nome próprio, aponta que um tal designador deve reenviar a um objeto singular, através da espessura sempre parcialmente opaca de suas propriedades:

Neste sentido o nome próprio é com efeito um ‘designador rígido’, mas designando um indivíduo, ele não designa mais que um objeto, se nós entendemos por aí uma entidade concebível por meio de esquemas conceituais. Aqui se marca sua originalidade decisiva em relação ao nome comum, o qual está essencialmente situado no regime da descrição (mais ou menos explicativa), pois o nome próprio se situa de uma só vez no regime pragmático da interpelação.⁴⁸ (tradução nossa)

Diante dessa argumentação, Granger salienta que a atribuição de um nome próprio não poderia ser confundido com uma simples etiquetagem, que corresponde somente a um dos aspectos da função do nome próprio: a designação de um objeto único. Ele sustenta que

⁴⁸ « En ce sens, le nom propre est bien en effet un ‘designateur rigide’ ; mais désignant un individu, il ne désigne plus un objet , si nous entendons par là une entité connaissable par le moyen de schémas conceptuels. Ici se marque son originalité décisive par rapport au nom commun, lequel est essentiellement situé dans le régime de la description (plus ou moins explicative), alors que le nom propre se situe d’emblée dans le régime pragmatique de l’interpellation. » Granger, p. 32

esta atribuição é um ‘batismo’, isto é, um ato de linguagem pelo qual o locutor se endereça a um *tu* virtual, que são elementos cruciais para avançar sobre a questão da interpelação.

Percebemos que as considerações em torno do nome próprio na Filosofia da Linguagem e na Lógica se apoiam em torno da questão da referência e do sentido. Nesse percurso, as construções de Mill são fundamentais para a retomada da questão no campo da proposição e valores de verdade. Frege contribui de forma original ao marcar as especificidades entre sinal, sentido e referência, ao lado da posição de Russell que indaga o funcionamento das descrições definidas e dos nomes próprios. Esse debate no campo filosófico se estende por outros autores e serão retomados freqüentemente pela Lingüística e pela Psicanálise, o que nos fará voltar a esses apontamentos outras vezes neste trabalho. Podemos sustentar que as discussões operadas pela Filosofia da Linguagem e pela Lógica embasam as elaborações dos teóricos dos outros campos.

II– O NOME PRÓPRIO NA LINGÜÍSTICA

As constatações das complexidades envolvidas nos estudos do nome próprio trouxeram particularidades na maneira como os lingüistas se dedicaram a tratá-lo. Para iniciar este capítulo, procuramos marcar a posição de dois grandes condutores teóricos no que tange à especificidade do nome próprio na linguagem. O primeiro é Michel Bréal (1892), que, em seu *Ensaio de Semântica*, mostra seu posicionamento sobre o nome próprio que é consequência da forma como ele apresenta sua teoria sobre a linguagem. Ele propõe:

De tudo o que precede podemos tirar uma conclusão: não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato, porque não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre quando está em repouso, ou quando está ferido ou morto.

E acrescenta:

Quando tomo as duas palavras, compressibilité, immortalité⁴⁹, tudo o que se acha na idéia se acha na palavra. Mas, se tomo um ser real, um objeto existente na natureza será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a se tornar um signo.⁵⁰

Quanto a argumentação de que os nomes próprios formam uma espécie situada fora da língua, Bréal diz que certamente há razões para essa opinião, pois, para essa categoria, o sentido etimológico não tem nenhum valor; os nomes próprios são intraduzíveis, seguindo as transformações fonéticas de modo mais lento. Entretanto, segundo ele, há só uma diferença de grau, intelectual entre nome próprio e nome comum. A conclusão a que chega Bréal é que os nomes próprios são os substantivos por excelência.

⁴⁹ compressão, imortalidade.

⁵⁰ Bréal (1992), p.123

A segunda argumentação que destacamos é a de Ferdinand Saussure (1912/1916), que, ao discorrer sobre a analogia e evolução na língua, apresenta a seguinte posição em relação aos nomes próprios:

As únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. Paris, Gêneve, Agen, etc) que não permitem nenhuma análise e por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a par deles.⁵¹

Convocamos Bréal e Saussure para apoiar nossa posição neste trabalho em que tomamos a linguagem, considerando sua incompletude e inexatidão. O que faz com que nossas análises e recortes sejam atravessadas por essa indicação. Situando a argumentação desses dois autores, marcamos a especificidade de tomar o nome próprio como objeto de estudo, considerando a problemática envolvida nesse intento; entendemos que as diferentes entradas teóricas que encontramos na Lingüística também sejam consequência disso.

Supomos que um dos efeitos que esta complexidade envolve é a abordagem dos nomes próprios pela via dos estudos classificatórios que imperaram ao longo de muitos estudos em Lingüística. A questão da ordem das palavras – como o objeto de debates no campo dos conhecimentos – aparece nas discussões sobre o nome próprio que foi articulado dentro desse contexto.

Percorrendo um trajeto cronológico que se preocupa em estabelecer as evoluções classificatórias das palavras, Viggo Bondal (1948), em seu trabalho intitulado *Les parties du discours*, situa os nomes como constituintes de uma classe independente cuja função é designar os objetos próprios. Brondal aponta que o vocabulário das mais diferente línguas é dividido em classes, e que parece não existir línguas sem classificações. Mostra, dessa forma, que a noção de classe de palavras remonta aos gregos, pois era utilizada pelos

sofistas, por causa da retórica, e pelos filósofos, por causa da lógica. Ele sustenta que, entretanto, Protágoras e Crátilo de Platão não conhecem como espécie de palavras senão os “nomes” e os “enunciados”. E Aristóteles é quem acrescenta as “palavras de ligação” e os artigos – noções manifestadamente correlativas, designando elementos de lugar e ligação, sendo, em seguida, os estóicos que criaram novas classes e novos termos.

Brondal salienta que os filólogos da Alexandria procederam a uma escolha, e a escola de Aristarco estabeleceu uma lista que, há 2000 anos, é empregada dentro das escolas e, em parte, dentro daquelas do Oriente. Esta lista nos foi conservada no pequeno manual de Dionísio Trácio, que será retomado adiante nas elaborações de Allan Gardiner.

Continuando sua exposição sobre as noções de classes de palavras, Brondal apresenta ονομα como o termo indo-europeu utilizado para nome (*lat.: nomen, sânscrito: nāman-*). Ele explica que esse termo foi empregado por Platão para designar uma noção lógica: o sujeito, mas foi Aristóteles que o empregou designando uma classe de palavras: aquelas dos objetos em sentido amplo. Segundo Brondal, *nos gramáticos que seguiram, esta classe compreende, em todo caso, não somente os nomes propriamente ditos, como os nomes de pessoas, mas também as designações muito mais gerais, como aquelas dos objetos e das qualidades, Ex. ανθρωπος ‘homem’ e αγαθος ‘bom’.*⁵² A tradução feita pelos romanos deu a ονομα o sinônimo *nomen*, e este termo, empregado na mesma acepção ampla que na antiguidade, é mantido até a época moderna na maioria dos gramáticos. Ainda demarcando historicamente, Brondal apresenta:

Nos séculos XVII e XVIII, certos gramáticos alemães tentam traduzi-lo. Peder Syv (1685) e Höysgaard (1747) empregam o termo de Naavn-Ord, Gottsched (1748)

⁵¹ Saussure (1979), p. 201

⁵² *Chez les grammairiens qui suivirent, cette classe comprend en tout cas, non seulement des noms à proprement parler, comme des noms de personne, mais aussi des désignations beaucoup plus générales, comme celles d’objets et des qualités, ex. ανθρωπος ‘homme’ e αγαθος ‘bon’.* (Brondal, p.25)

aquele de Nennwort, e é preciso ir até o século XIX para encontrar, na França, uma tendência a empregar o termo “nome” (oposto àquele adjetivo) num sentido mais restrito.⁵³ (tradução nossa)

Brondal mostra que a classe de nome foi, desde a Antigüidade, dividida em duas: o estóico Crisipo distingue a προδηγορια 'denominação' (lat.: *appellatio*) de ονομα 'propriamente dito'. Os termos técnicos eram 'nome apelativo' (*nom appellatif*) e 'nome próprio'- 'nome propriamente dito' (*nom à proprement parler*). Desde então, há, nas gramáticas latinas, a distinção entre *nomen appellativum* e *nomen proprium*.

Allan Gardiner (1954) também retoma a origem grega do termo nome próprio, em que ονομα κυριον resultou, no latim, em *nomem proprium*, significando um nome 'genuíno', ou um nome mais genuíno que os outros nomes. Gardiner salienta que o estóico Crisipo fez uma distinção precisa, limitando ονομα ao que nós agora chamamos nomes próprios. Gardiner acredita que o melhor tratamento dado ao tema foi o de Dionísio Trácio, um pupilo de Aristarco que viveu no segundo século antes de Cristo e que declara o seguinte:

*Um substantivo (nouv) ou nome (name) (...) é uma parte declinável do discurso significando um corpo ou uma atividade, um corpo como 'pedra' e uma atividade como 'educação', e pode ser usado ambos comumente e individualmente; comumente como 'homem', 'cavalo' e individualmente como 'Sócrates'⁵⁴.
(trad. nossa)*

Dionísio Trácio usou, além disso, o termo κυριον, identificando-o com tais nomes (*names*) ou substantivos (*nouv*) quando são usados “individualmente”; do κυριον ele diz que é o que significa um ser individual tal qual “Sócrates”.

⁵³ *Ce n'est qu'aux XVII^e et XVIII^e siècles que certains grammairiens germaniques tentent de le traduire ; PEDER SYV (1685) et HÖYSGAARD (1747) emploient le terme de Navn-Ord, GOTTSCHED (1748) celui de Nennwort, et il faut aller jusq'au XIX^e siècle pour trouver, en France, une tendance à employer le terme de nom (opposé à celui d'adjectif) dans un sens plus restreint. Brondal (1948), p. 25*

⁵⁴ *“A noun or name’ (...) is a declinable part of speech signifying a body or an activity, a body like “stone” and an activity like “education”, and may be used both commonly and individually; commonly like “man”, “horse”, and individually like “Socrates”.* Trácio cit in Gardiner, p.5

Conforme registramos anteriormente, a Antigüidade não fazia distinção ao interior dos apelativos entre nomes de coisas e nomes de qualidades. É na Idade Média que a distinção entre *nomen substantivum* e *nomen adjectivum* foi introduzida pouco a pouco, consideradas como sub-classes dos nomes.

*No século XVIII enfim, o abade Girard (1747), na França, e, na Suíça, Bodmer (1768), fizeram do substantivo e do adjetivo duas classes completamente independentes. O substantivo é freqüentemente concebido como uma palavra independente, essencial(...); O adjetivo ao contrário, é compreendido como alguma coisa privada de existência própria(...).*⁵⁵ (trad. nossa)

Nessa definição classificatória, Brondal argumenta que *os nomes próprios são desde a antiguidade, tratados por todos os autores como uma sub-classe dos nomes (mais tarde dos substantivos)*. Constituem, dessa forma, o núcleo primitivo e próprio da classe dos nomes. Para ele, aí está o sentido original do termo *nomen proprium*, pois estes seriam nomes no sentido próprio da palavra por oposição aos apelativos. Mais tarde, pela interpretação, *proprium* foi compreendido como “nome particular”, “nome de um só indivíduo”.

A consideração que ele apresenta em seguida é de que o nome próprio é, segundo a conceituação comum, uma palavra designando um ser singular por oposição a muitos. Nesse caso, Brondal chama a atenção para a conceituação popular que opõe o indivíduo à coletividade, à espécie ou à matéria; repousando sobre uma concepção muito massiva da noção de indivíduo ou de individualidade. Brondal afirma que todos estes objetos podem ser conhecidos – e por conseqüência nomeados – de uma maneira individual ou de uma maneira geral, então com a ajuda de nomes próprios ou de nomes comuns. *Em que consiste*

⁵⁵ *Au XVIII^e siècle enfin, l'abbé GIRARD (1747), en France, et, en Suisse, BODMER (1768, font du substantif et de l'adjectif deux classes complètement indépendantes. Le substantif est souvent conçu comme un mot indépendant, essentiel (...); l'adjectif, par contre, est compris comme quelque chose privé d'existence propre(...)* Brondal, p.25

*a diferença que separa estas duas classes, é que a concepção comum, que parte da natureza dos objetos, não conseguiu elucidar*⁵⁶.

Outro aspecto apresentado por Brondal refere-se às tentativas feitas para aprofundar na essência da denominação, ou seja, em estudar a natureza psicológica do nome próprio. Nesse aspecto, Brondal lança as discussões em torno das questões da determinação, ou seja, dos elementos dispostos que determinam um nome próprio. Conforme elencados por ele, há, na formalização de um nome, aspectos arbitrários e diversos mecanismos de escolha dos nomes, que muitas vezes passam por homenagens, questões históricas, religiosas, literárias etc.

*Nem a natureza, nem o número de objetos designados, nem o caráter da designação parecem suficientes para dar uma definição satisfatória dos nomes próprios*⁵⁷, admite Brondal. Ele afirma que é preciso examinar o conteúdo lógico do conceito ‘nome próprio’. Apresenta duas maneiras de ver essa questão que são diametralmente opostas e que já são indicadas por Aristóteles: a primeira propõe que o conteúdo significativo dos nomes próprios é extraordinariamente rico. Eles são os mais saturados de sentido de todas as palavras; a segunda propõe que seus conteúdos equivalem a zero, e eles são as palavras mais vazias que existem, isto é, são insaturados.

A primeira opinião é expressa na antiguidade sob a forma seguinte: os nomes próprios exprimem qualidades especiais (...). É Jespersen (1913-24) que aplicou mais sistematicamente esta maneira de ver. Ele a relaciona à teoria da relação inversa entre a compreensão e a extensão dos conceitos. Segundo esta doutrina, os nomes próprios formam o último termo de uma série que compreende: 1) os artigos, 2) os adjetivos, 3) os nomes comuns, 4) os nomes próprios – série dentre a qual cada membro teria um sentido mais especial, e por consequência se aplicaria a um número de objetos menor que o precedente. – Nós já vimos

⁵⁶ *En quoi consiste la différence qui sépare ces deux classes, c'est ce que la conception commune, qui part de la nature des objets, n'a pas réussi à élucider.* Brondal (1948), p.59

⁵⁷ *Ni la nature ni le nombre des objets désignés ni le caractère de la désignation ne semblent donc suffisants pour donner une définition satisfaisant des noms propres.* Brondal (1948), p.61

*que esta teoria foi insuficiente para traçar a fronteira entre adjetivos e substantivos.*⁵⁸ (trad. nossa)

Brondal trata somente de saber se podemos dizer de cada nome próprio que ele designa um *minimum* dos objetos e um *maximum* do conteúdo significativo. E declara que

*se a gente limita a função dos nomes próprios à designação dos objetos individuais no sentido mais estreito do termo, essencialmente das pessoas e das localidades, é certo que cada nome não se aplica senão a um número relativamente restrito de objetos (certos nomes de pessoas particularmente populares, tanto prenomes como nomes de família, podem entretanto, como nós o havíamos dito no alto, ter milhares de portadores, e um nome como Washington é portado por mais de 200 localidades nos Estados Unidos). Esta restrição popular do conceito de nome próprio é entretanto, como já dissemos, arbitrária do ponto de vista lógico.*⁵⁹ (trad. nossa)

Brondal contesta também o outro aspecto da teoria, aquele segundo o qual os nomes próprios são *concretíssima*⁶⁰, pois ele discute que o nome singular tem ou pode adquirir um caráter extremamente especializado e uma riqueza ilimitada de conteúdos, porém tais elementos se devem ao meio e à situação. Reclama que compreender o nome próprio no sentido de *concretíssima* é se descuidar da diferença fundamental que existe entre as associações psicológicas variáveis suscitadas por uma palavra e seu valor lógico fixo. Segundo sua posição, para o sujeito falante uma palavra pode ser psicologicamente muito rica. Os nomes próprios entram nesse conjunto, pois são ricos de sentido em uma família

⁵⁸ *La première opinion est exprimée dans l'antiquité sous la forme suivante : les noms propres expriment des qualités spéciales (...). C'est JESPERSEN (1913-24) qui a appliqué le plus systématiquement cette manière de voir. Il la rattache à la théorie du rapport inverse entre la compréhension et l'extension des concepts. Selon cette doctrine, les noms propres forment le dernier terme d'une série que comprend 1) les articles, 2) les adjectifs, 3) les noms communs, 4) les noms propres - série dans laquelle chaque membre aurait un sens plus spécial, et par conséquent s'appliquerait à un nombre d'objets moindre que le précédent. –Nous avons déjà vu que cette théorie était insuffisante pour tracer la frontière entre adjectifs et substantifs. Brondal p.61*

⁵⁹ *Si on limite la fonction des noms propres à la désignation d'objets individuels au sens le plus étroit du terme, essentiellement des personnes et des localités, il est exact que chaque nom ne s'applique qu'à un nombre relativement restreint d'objets (certains noms de personnes particulièrement populaires, tant prénoms que noms de famille, peuvent cependant, comme nous l'avons dit plus haut, avoir des milliers de porteurs, et un nom comme Washington est porté par plus de 200 localités aux États-Unis). Cette restriction populaire du concept de nom propre est cependant, comme nous l'avons déjà dit, arbitraire au point de vue logique. Brondal (1948), p.61*

⁶⁰ Esta teoria exclusivamente psicológica parece também ser representada por OGDEN E RICHARDS, que dizem: “Even references for which we use simple symbols (names), e. g. Dostoievski, são perhaps always compound, distinct contexts being involved severally determinative of distinct characters of the referent”.

ou em uma região particular por exemplo, enquanto significam pouco para a comunidade lingüística em seu conjunto.

A segunda consideração de que o conteúdo significativo dos nomes próprios é reduzido e mesmo igual a zero parece indicada por certos gramáticos da Idade Média, para os quais os nomes próprios designam uma “substantia prima”. Brondal apresenta, então, a posição de John Stuart Mill, que formulou que os nomes próprios são denotativos sem serem conotativos, enquanto os nomes comuns são os dois. Este posicionamento, que já apresentamos no capítulo anterior, ressalta que os nomes próprios designam sem significar, sendo, assim, designações dos objetos e não descrições dos mesmos.

Além de Mill, Brondal traz a posição de Bertelsen que diz que um nome próprio nomeia seu objeto sem indicar as relações que são especiais ao indivíduo ou aos indivíduos que se designam por esse nome. O nome próprio, segundo Bertelsen, não descreve seu objeto, ele o fecha novamente. Dessa forma, Brondal conclui que se a definição que vimos é justa, os nomes próprios constituirão uma classe independente.

Pela classificação de Brondal, os nomes próprios seriam uma classe de *relata* puros que contêm palavras cuja única função é designar os objetos próprios, quer dizer que não implicam nem ligação, nem descrição e que, por sua independência recíproca, se distinguem nitidamente dos objetos subjetivos ou ordenados.

Esta definição convém manifestadamente aos nomes próprios. Um nome é desta maneira o signo de um objeto não descrito. Então, em parte que o nome próprio particular não tem, por isso que é de seu conteúdo significativo especial, nenhuma definição fixa e obrigatória do ponto de vista da norma, em parte que o objeto designado por este nome pode ser de natureza qualquer: pessoa ou lugar, deus ou globo, elemento ou classe.⁶¹ (trad. nossa)

⁶¹ *Cette définition convient manifestement aux noms propres. Un nom est de cette façon le signe d'un objet non décrit. Il s'ensuit, en partie que le nom propre particulier n'a, pour ce qui est de son contenu significatif spécial, aucune définition fixe et obligatoire au point de vue de la norme, en partie que l'objet désigné par ce nom peut être de nature quelconque : personne ou lieu, dieu ou globe, élément ou classe.* Brondal (1948), p91

Para Brondal, estes caracteres de não-definição e de arbitrário dos nomes próprios explica a impressão de obscuridade e de místico que eles têm freqüentemente para o indivíduo. A liberdade da posição dos nomes próprios diante da norma explicaria também, segundo ele, sua grande irregularidade, tanto no que é da significação quanto no que é da forma.

*Do ponto de vista da semântica, os nomes próprios são (...) o campo clássico das reinterpretações. Do ponto de vista fonético e, portanto, ortográfico, eles são freqüentemente sem direito nem lei; os nomes de pessoas estão assim sujeitos a uma arbitrariedade individual, os nomes de lugares a uma arbitrariedade local e uma regulação ortográfica se choca freqüentemente com sérias dificuldades.*⁶² (trad. nossa)

Dois anos antes do trabalho de Viggo Brondal, Albert Dauzat (1946)⁶³, sustentado nos poucos materiais que circulavam nos meios científicos e até mesmo nos meios vulgares sobre nomes próprios, propõe um estudo científico que ele prefere denominar Antroponímia (opondo nitidamente ao estudo dos nomes de lugares – Toponímia). Consagrada essencialmente aos nomes de pessoas da França, naquela ocasião, a obra de Dauzat apontou a questão da Antroponímia de outras civilizações. Mas o que nos interessa é a constatação de Dauzat de que a distinção entre nomes próprios e nomes comuns é artificial aos olhos dos lingüistas; ele ainda aponta que os nomes de pessoa, às vezes mais fugidio e mais flexível, oferecem, além disso, uma variedade infinitamente maior de combinação, nos quais intervêm fatores de toda sorte: psíquicos, sociais etc. *É necessário penetrar profundamente na história, na vida e na mentalidade de uma época para assentar sobre fundamentos sólidos a gênese dos nomes de pessoas que ela formou*, afirma Dauzat.

⁶² *Au pont de vue sémantique, les noms propres sont (...) le champ classique des réinterprétations. Au point de vue phonétique et, partant, orthographe, ils sont souvent sans droit ni loi ; les noms de personnes sont ainsi sujets à un arbitraire individuel, les noms de lieux à un arbitraire local, et une régulation orthographique se heurte souvent avec eux à de sérieuses difficultés.* Brondal (1948), p. 92

⁶³ Dauzat organizou e presidiu o Primeiro Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, realizado em Paris, em julho de 1938.

Dauzat também chama a atenção para o valor mágico atribuído às palavras nas sociedades antigas que aparecem com uma força particular nos nomes que designam os indivíduos⁶⁴. Afirma que o estado social exerce repercussões diretas sobre os nomes de pessoas, indicando sua observação sobre as determinações envolvidas nas construções dos nomes próprios. Seu estudo apresenta as várias formações dos nomes nos diversos povos, mostrando que há uma ênfase nos aspectos morfológicos presentes nessas formações. Ilustrando tal afirmação, ele relata:

*Oficialmente, o ateniense da época clássica recebia em seu nascimento um nome ao qual se juntava, a partir da sua maioridade, aquele de seu pai (no genitivo) e aquele de seu distrito: Dêmosthênês Demosthênous Paianieus – Démosthène, filho de Démosthène, do distrito de Péanie.*⁶⁵

Ressaltamos a importância desse trabalho empreendido por Dauzat na construção de uma Antroponímia. Entretanto, um dos textos mais citados e que lança numerosas discussões é o opúsculo empreendido por Allan Gardiner (1954), denominado *The theory of Proper Name – un controversial essay*. Se Viggo Brondal apresenta o sistema de classificação, que foi tão importante para os avanços sobre nome próprio nos trabalhos da Linguística, veremos que Gardiner conclui seu trabalho sustentando que os nomes próprios referem ao *modus operandis* das palavras incluídas nessa categoria e que, embora a habilidade de fazer distinções dependa em todas as palavras dos seus sons distintivos, nos nomes próprios depende unicamente dos sons. Gardiner rejeita a visão que toma o nome próprio necessariamente como nome singular. Para ele, a potência operativa do nome próprio é refletida em, e facilitada por, nosso reconhecimento dele como tal, ou seja, *um*

⁶⁴ Sobre este tema ver Freud (1912): Totem e tabu.

⁶⁵ Dauzat (1946), p.21

*nome próprio é uma palavra que é reconhecida como identificante de seu objeto por virtude do som distintivo, exclusivamente.*⁶⁶ (trad. nossa)

A questão da sonoridade⁶⁷, que é base para a teoria dos nomes próprios de Gardiner, é bastante pertinente ao considerarmos a materialidade sonora do nome próprio que fornece diversos problemas à tradução, pois os nomes soam diferentes de uma língua para outra. Mesmo o sistema de nomeação difere de um país para outro⁶⁸, implicando a sonoridade do nome. A questão da sonoridade convoca o debate sobre saturação, pois põe em relevo esse núcleo do nome próprio que permite que ele seja escutado em outra língua.

Gardiner retoma o trabalho de John Stuart Mill, Dionísio Trácio e Bertrand Russell. Gardiner considera que Mill exclui de sua compreensão o termo “meaning” (sentido, significado) e qualquer conhecimento prévio do objeto denotado, pois, quando Mill fala de nomes próprios como marca sem-sentido, ele faz ‘meaning’ (significado) sinônimo de ‘connotation’ (conotação), e por um nome conotativo ele compreende um que não apenas denota alguma coisa, mas, além disso, conota ou implica algum atributo dele.

Considerando a resposta inovadora de Mill para a questão das motivações em jogo em uma nomeação, Gardiner apresenta o célebre exemplo de Dartmouth, mas salienta que o argumento não é convincente como Mill sustenta, pois o nome Dartmouth parece no mínimo implicar o atributo “Vivendo no foz do Dart”, parecendo conotativo. E chama a

⁶⁶ *A proper name is a word that is recognized as identifying its object by virtue of the distinctive sound exclusively.* Gardiner (1954), p. 67

⁶⁷ Quando Lacan retoma esse texto de Gardiner no seminário IX – Identificação, ele não se detém sobre a questão da sonoridade, pois toma, nesse momento, a questão do traço unário para desenvolver a sua teorização. Entretanto, no ano seguinte, ao desenvolver o seminário X – Angústia, ele discorre longamente sobre a pulsão invocante, em que a voz é tomada como objeto, trazendo incidências sobre o corpo. Propomos desenvolver esses importantes apontamentos em trabalhos posteriores.

⁶⁸ Ilustramos com a diferença de composição de nome próprio no Brasil e Argentina. No Brasil, o patronímico (sobrenome do pai) ocupa o último lugar na sequência do nome da pessoa, na maioria dos casos. Na Argentina, o patronímico é o primeiro a se compor após o prenome. Tais diferenças podem provocar estranheza ao estrangeiro no momento em que este é interpelado, convocado, invocado.

atenção para o fato de que se ele é conotativo, e se nenhum de nós continua a considerá-lo como um nome próprio, esta definição de Mill se quebra.

Gardiner sugere que poderíamos concluir que Dartmouth se tornaria nome próprio somente depois que as areias obstruíssem o curso do rio, ou depois que um terremoto mudasse seu curso. Diante dessa análise, ele sustenta que a teoria dos nomes próprios apresenta dificuldades que não são óbvias à primeira vista. Ele se apresenta convencido de que a visão de Mill está correta e precisa somente de uma pequena elaboração para ajustá-la sobre uma sólida fundação. Admite que o capítulo de Mill sobre os nomes possui um mérito não reconhecido por muitos livros de lógica subseqüentes, pois, nesse capítulo, Mill mostra que seu pensamento distinguiu com toda clareza necessária entre coisas nomeáveis e os instrumentos verbais usados para referi-las. Diante dessas considerações, Gardiner sugere que o defeito da teoria lingüística de Mill é que ela não é concebida de forma ampla o suficiente e nem está ainda suficientemente detalhada.

A proposta de Gardiner é adaptar a concepção de nomes próprios de Mill para uma teoria geral da Semântica, testar esta concepção por adução de mais exemplos, e, em particular, estudar as condições que levam à imposição de nomes próprios. Por último, ele retoma a visão de nomes próprios, muito em voga entre os lógicos modernos, mas considerada por Gardiner uma aberração perniciosa do pensamento.

Gardiner considera o problema dos nomes próprios essencialmente lingüístico, sendo esta a via legítima de aproximação a esse assunto. Retoma, assim, a forma como Dionísio Trácio formulou a questão, escolhendo seus exemplos na experiência diária. Gardiner salienta que foi tacitamente assumido nas palavras de Dionísio Trácio o fato de que o uso dos nomes ou substantivos aos quais ele refere são usos constitucionais e normais, não sendo historicamente únicos ou excepcionais. Gardiner concorda que Dionísio

Trácio se preocupou com a natureza inerente a certos nomes próprios, e não com seus usos momentâneos ou extensões ou aplicações incorretas. Ressalta que *traduzido em termos da teoria lingüística recente, isto pode ser expresso dizendo que a categoria de nomes próprios é uma categoria da linguagem, não uma categoria da fala.*⁶⁹ (trad. nossa)

Gardiner salienta que a filologia moderna perseguiu um velho exemplo referindo ao κυριον como *Fugurtha*⁷⁰, não como uma palavra significando aquele indivíduo particular, mas como nome dele. Afirma que está falando de nomes próprios e não de ‘próprios substantivos’ ou ‘próprias palavras’. Marca que isto, portanto, é uma oportunidade ajustada para considerar a diferença entre uma ‘palavra’ e um ‘nome’.

Materialmente, uma “palavra” e um “nome” são idênticos, mas, segundo Gardiner, existe uma importante diferença: a direção do pensamento é contrária em cada caso. Quando nós falamos de uma “palavra” nosso pensamento viaja do representante-sonoro para o que ele possa significar; *quando nós falamos de um “nome” nós implicamos que existe alguma coisa à qual um certo signo-sonoro corresponde, algo que foi o fons et origo do nome, algo que abastece sua raison d’être*⁷¹. Gardiner aponta que, na origem, substantivo e nome estão próximos, mas é importante discutir a teoria partindo da diferença entre ambos. Entendemos o caráter relevante desta diferenciação proposta por Gardiner, pois marca um movimento em que o nome deixou de ser uma sub-classe dos substantivos. Cabe ressaltar que essa diferença não é clara ainda hoje nas gramáticas e em muitas correntes lingüísticas.

⁶⁹ *Translated into terms of recent linguistic theory, this may be expressed by saying that the category of proper names is a category of Language, not a category of Speech.* Gardiner, p. 6

⁷⁰ Nome que pertence constitucionalmente e permanentemente a um rei nómida.

⁷¹ *When we speak of a ‘name’ we imply that there exists something to which a certain sound-sign corresponds, something that was the fons et origo of the name, something that supplies its raison d’être.* Gardiner (1954), p.7

A retomada que ele sugere da posição de Dionísio Trácio traz a consideração deste último de que um nome próprio é uma palavra definitivamente restrita a uma entidade particular como Sócrates e Homero;

e nós mesmos, diz Gardiner, ao empregar o mesmo termo “nome próprio”, parecemos comprometidos a não permitir que a entidade nomeada se esvazie completamente diante de nossa vista. Ao contrário, parece incumbido em nós conservar aquela entidade mais ou menos clara diante de nossos pensamentos durante a discussão que segue. Não é meramente uma questão de escolha a decisão que temos de fazer, desde que aparecerá na seqüência que estes “nomes próprios incorporados”, se posso chamá-los assim, são historicamente prioridade para a variedade “desincorporado”.⁷² (trad. nossa)

Gardiner fala que o número de pessoas e lugares para os quais nomes próprios precisam ser encontrados é tão grande que os mesmos nomes precisam, inevitavelmente, ocorrer várias vezes. Ele alega que parece necessário distinguir entre as duas classes: “nomes próprios incorporados” e “nomes próprios desincorporados”.

Sempre que Gardiner usa o termo nome próprio sem qualificação, é desejando significar a classificação de “nome próprio incorporado” que ambos, Dionísio Trácio e Mill, trataram como a classe exclusivamente empregada para uma pessoa particular ou lugar ou o que quer que seja. Apesar de Gardiner considerar que realmente não é possível fazer essa distinção de forma completa, ele afirma que, adotando essa direção, podemos esperar salvar a distinção fundamental entre nomes que são usados “comumente” e os que são usados “individualmente”.

Gardiner afirma encontrar-se movendo em torno de uma conceituação em harmonia com a visão grega, de acordo com a qual um nome próprio não é mais que um nome mais genuíno que outros. Diz que teria preferido usar uma metáfora diferente e dizer que nomes

⁷² ... and we ourselves, in employing the same term ‘proper name’, seem committed to not allowing the entity named to vanish out of our sight altogether. On the contrary, it seems incumbent upon us to keep that entity more or less clearly before our minds throughout the ensuing discussion. Nor is the decision we have to make merely a matter of choice, since it will appear in due course that these ‘embodied proper names’, if I may so

próprios são nomes que são mais puros que palavras de qualquer outro tipo, pois, neles, o processo e o propósito da nomeação brilha como metal, enquanto a maioria das palavras é obscurecida e contaminada pela mistura de significado, ou pelo sucesso incompleto com o qual o propósito de nomeação é alcançado.

Ao apresentar a posição de Mill sobre os nomes particulares, Gardiner declara que o primeiro também não cita nenhum exemplo individual, mas vai além de Dionísio Trácio. As declarações de Mill mostram que ele tratou nomes próprios como uma subclasse de nomes singulares ou individuais, uma categoria que ele define: “um nome individual ou singular é um nome que é apenas capaz de ser verdadeiramente afirmado de algo, neste mesmo sentido”. Ele aponta que os lógicos, desde Mill, têm freqüentemente exemplificado nomes próprios dos quais os objetos não são indivíduos em nenhum sentido natural do termo.

Uma comparação feita por Gardiner chamou nossa atenção por mais uma vez realçar seu acento no sonoro; segundo ele, o mecanismo de linguagem, isto é, o processo chamado fala, é comparável àquele de um piano. Em linguagem, ele afirma, a combinação fixa do representante-sonoro e o pensamento correspondente é chamado “palavra”, e a relação entre estes dois elementos de uma palavra é mais arbitrário que aquela entre a tecla do piano e o resultado da nota.

Dada a importância que Gardiner emprega ao representante sonoro, ele considera estranho que Mill tenha apreciado pouco a potência indicativa dos sons distintivos dos nomes próprios e tenha insistido, quase exclusivamente, no critério negativo da significação / não-significação dos mesmos. Gardiner admite que a importância de sua própria posição, que põe em relevo a materialidade sonora dos nomes próprios, pode ser mal interpretada.

call them, are historically prior to, and the actual originators of, the 'disembodied' variety, the separate

Mas o que ele salienta é que os nomes próprios são sons distintivos, são marcas identificatórias reconhecíveis, não pelo intelecto, mas pelos sentidos. Ele afirma: *a importância para a teoria dos nomes de pessoas é que eles acompanham seus possuidores desde o berço até o túmulo e conseqüentemente identificam seus possuidores em todos os estágios concebíveis e em todas as situações.*⁷³ (trad. nossa)

Apresenta seu posicionamento frente a teoria de nomes próprios de Bertrand Russell, considerando a relevância do trabalho de Russell, mas, salientando que a abordagem de Russell sobre nomes próprios é filosófica, e não filológica. Percebemos, no capítulo dedicado à Lógica, que o próprio Russell admite isso. Gardiner salienta que, se examinarmos mais de perto as aulas de Russell, veremos que ele está muito mais interessado na simbolização verbal como simbolização das coisas, e todo seu discurso é a respeito de palavras e nomes, nomeação e descrição. É marcando essa posição que ele vai se firmar na posição de lingüista e marcar seu ponto de discordância em relação a teoria de Russell, principalmente no que tange a noção de nome próprio como um nome particular.

Essa discussão se estende pelos trabalhos da Lingüística, mantendo divergências de posicionamentos e tratamentos ao tema. Trazemos o número 66 da Revista Langage (1982), dedicado ao nome próprio, que apresenta o artigo de Jean Molino e outro de Gilles Granger. Em seguida, consideraremos as construções de Georges Kleiber (1984), que, na revista Langage, número 76, cujo tema é denominação, lança outras argumentações sobre o nome próprio.

existence of which has now to be vindicated. Gardiner (1954), p.8

⁷³ *It is of importance for the theory of personal names that these accompany their owners, as a rule, from the cradle to the grave, and consequently identify these owners at every conceivable stage and in every situation.* Gardiner (1954), p47

Molino, ao mostrar a diversidade dos nomes próprios, sugere uma geografia que apresente e classifique todos os candidatos a este posto. Os termos que podem ser considerados pertencentes a esta categoria são, segundo ele: os nomes de pessoas ou antroponímicos; os nomes de animais; os apelativos e títulos; os nomes de lugares; os nomes de tempos; os nomes de instituições; os nomes de produtos de atividade humana; os nomes de símbolos matemáticos e científicos; os outros nomes próprios. Com efeito, tudo pode, em certas circunstâncias e por um público dado, receber um nome próprio.

O autor ressalta que o campo do nome próprio é muito mais vasto do que deixa entender a maioria das análises. Para ele, uma teoria adequada sobre nome próprio deve dar conta desta multiplicidade que é interior a cada categoria. Na abordagem que Molino traz, as diversas categorias podem ser reagrupadas – à exclusão da oitava (os nomes de símbolos matemáticos) – em torno de três pólos que correspondem a três dimensões da dêixis: dimensão da pessoa-ego (*eu*); dimensão do espaço-*hic* (*aqui*); dimensão do tempo-*nunc* (*agora*). Por essa abordagem, os nomes próprios se constituem paralelamente às diversas categorias dêíticas: assim se manifesta a unidade do campo dêítico da linguagem ao qual pertencem nomes próprios e dêixis.

Molino se diz incrédulo diante da possibilidade de dar uma definição simples e coerente do nome próprio, pois a lista que ele apresenta revela sua heterogeneidade intrínseca. Salaria que o estabelecimento de critérios definidos que delimitem sem ambigüidade o campo dos nomes próprios é impossível por duas razões:

- 1) Nenhum critério isolado permite separar, sem ambigüidade, os nomes próprios dos nomes comuns;

- 2) Os critérios não são convergentes, isto é, dois critérios quaisquer não isolam o mesmo domínio de nome próprio. (...) Não há, então, uma categoria bem definida de nomes próprios.

Diante dessas considerações, Molino vai defender que *o nome próprio é uma categoria “emic”, uma categoria semi-teórica, nascida da reflexão semi-teórica, semi-prática do locutor, do gramático-pedagogo e do lingüista sobre sua língua: com seus contornos e seus conteúdos indecisos, ela não existe por menos*⁷⁴. (trad. nossa)

Propõe a noção de *protótipo*, utilizada pela psicologia cognitiva e já aplicada algumas vezes à análise Lingüística – nos trabalhos da Semântica Cognitiva – para pensar o nome próprio. Define protótipo da seguinte maneira: a cada palavra ou conceito é associado um conjunto de atributos que constituem o protótipo do conceito e ao qual comparamos todo objeto para julgar se ele se classifica ou não sob este conceito. Afirma que a análise Lingüística não deve ficar nesta escala, e deve descrever, com maior precisão, a totalidade dos traços que caracterizam o conjunto delicado do nome próprio.

Nesse ponto, Molino traz as questões envolvidas na grafia do nome próprio, iniciando pelo uso da maiúscula que é freqüentemente dado, sobretudo nas gramáticas normativas, como critério definidor ou como marca específica do nome próprio. Ele também chama atenção, como outros já marcaram, para as numerosas línguas sem maiúscula, línguas nas quais a distribuição de maiúscula-minúscula é arbitrária, línguas em que todos os nomes são em maiúscula, ou seja, em que esse critério claudica.

No que diz respeito à fonética, Molino lança uma questão:

⁷⁴ *Le nom propre est une catégorie “emic”, une catégorie semi-théorique, née de la réflexion mi-théorique mi-pratique du locuteur, du grammairien-pédagogue et du linguistique sur leur langue : avec ses contours et son contenu indécis, elle n’en existe pas moins.* Molino (1982), p.7

*Há um sistema fonético e/ou fonológico do nome próprio, que seria um sub-sistema da Fonologia de uma língua dada?(...) É mais interessante se perguntar se não existe, aqui ou lá, micro-sistemas que opõem nomes próprios e nomes comuns.*⁷⁵ (trad. nossa)

Traz as contribuições de J. Kurylowicz que cita o caso do grego, em que o contraste acentual tornou-se produtivo para distinguir nome próprio e nomes comuns. Do ponto de vista diacrônico, Molino se interroga sobre as diferenças entre a evolução fonética dos nomes próprios e dos nomes comuns, o que poderia explicar, em parte, as discordâncias particulares ao nome próprio entre grafia e fônico. *Os nomes próprios não têm, diz-se, nem ortografia nem pronúncia.* Conclui, considerando que os nomes próprios não constituem, em geral, um sub-sistema claramente definido do sistema fonológico da língua, e que os traços de funcionamento distintos são marginais. Ressalta, ainda, que não há universais morfológicos do nome próprio, existindo, entretanto, princípios reguladores, tendências que nos parecem vagas em seu enunciado. Como apresentamos no início deste capítulo, tais conclusões já eram articuladas por Bréal e Saussure.

Em português, a indicação de que nomes próprios são grafados com a inicial em maiúscula não consegue abarcar as situações nas frases em que pré-nomes como Rosa, Modesto, Amado, Caio, Clara, Norma, Rui, Felicidade ou mesmo sobrenomes como Pêra, Rios, Homem, Leite não permitem uma distinção se o tratamento é dado a uma pessoa ou a outro elemento.

O que Molino nos traz do ponto de vista da sintaxe é o traço gramatical mais freqüentemente proposto para caracterizar o nome próprio em francês ou em inglês, ou seja, a ausência do artigo e o ponto de vista de Chomsky que propôs, em 1965, definir a categoria dos nomes próprios como aquela dos nomes sem determinantes, acrescentando:

⁷⁵ *Y a-t-il un système phonétique et/ou phonologique du nom propre, qui serait un sous-système de la phonologie d'une langue donnée ? (...) Il est plus intéressant de se demander s'il n'existe pas, ici ou là, des microsystèmes qui opposent noms propres et noms communs.* Molino (1982), p. 8

“... a distinção Próprio-Comum é do tipo sub-categorização estrita...” Mas o que Molino pondera é que, desprovido ou acompanhado do artigo, a integração do nome próprio no quadro sintático normal da língua parece difícil.

As conclusões que podemos tirar do estudo morfossintático do nome próprio são as seguintes: não há caracterização definida do nome próprio nem na língua dada, nem ainda menos numa perspectiva geral. Pode-se perceber uma tensão entre dois movimentos à obra na língua: o movimento que tende a isolar o nome próprio; o movimento que vem da organização gramatical do sistema lingüístico e tende a integrar morfossintaticamente o nome próprio neste mesmo sistema. A tendência ao isolamento se explica porque o nome próprio é uma citação e tem valor autônomo: Jean é somente aquele que tem a propriedade de se chamar Jean. Nisso, o nome próprio é próximo dos pronomes pessoais, quer dizer, de elementos pertencentes ao campo dêitico da linguagem.⁷⁶
(trad. nossa)

No que diz respeito ao estudo semântico do nome próprio, Molino procura responder qual é a significação do nome próprio. Propõe conservar a palavra “significação” mesmo com sua ambigüidade. Nesse ponto, distingue o nome próprio das outras expressões que também servem para referir unicamente: os dêiticos (pronomes demonstrativos e pronomes pessoais) e as descrições definidas (o pai de Alexandre, a velha mesa...). Se num primeiro momento ele aproxima os nomes próprios do campo da dêixis, depois ele marca a diferença entre eles.

Ele considera que a noção de descrição definida é um bom exemplo das relações complexas que existem entre Lógica e Lingüística. Retoma a introdução desta noção feita por Russell, que considera uma descrição definida como uma expressão que pode ser

⁷⁶ *Les conclusions que l'on peut tirer de l'étude morpho-syntaxique du nom propre sont les suivantes: Il n'y a pas de caractérisation définie du nom propre ni dans une langue donnée, ni encore moins dans une perspective générale. On peut apercevoir une tension entre deux mouvements à l'oeuvre dans la langue : le mouvement qui tend à isoler le nom propre ; le mouvement qui vient de l'organisation grammaticale du système linguistique et tend à intégrer morpho-syntaxiquement le nom propre dans ce même système. La tendance à l'isolement s'explique parce que le nom propre est une citation e a valeur autonymique : Jean, c'est seulement celui qui a la propriété de s'appeler Jean. En cela, le nom propre est proche des pronoms personnels, c'est-à-dire d'éléments appartenant au champ déictique du langage. Molina (1982), p.12*

parafraseada na forma ‘o objeto X que possui a propriedade P’ e simbolizada, graças ao operador iota introduzido por Peano ‘ $i_x(x \in P)$ ’.

Sustenta que uma primeira aproximação da significação do nome próprio opõe duas concepções tradicionais, fiéis às vezes à intuição do locutor e à lógica clássica. Ele retoma como ponto de partida uma definição estóica do nome próprio: um nome próprio, como *Diógenes* ou *Sócrates*, é a parte do discurso que indica uma qualidade que pertence a um só indivíduo. Molino tira dessa constatação duas conclusões opostas: (1) de um lado, o indivíduo constitui uma substância irreduzível ao um ou ao outro de seus acidentes, o nome próprio não poderia ser senão uma etiqueta que o designa, e a qualidade que pertence ao indivíduo é simplesmente a marca que o distingue, isto é, precisamente as sílabas que constituem seu nome. (2) Por outro lado, e em aplicação do princípio que quer que a intensão de um conceito varie em sentido inverso de sua extensão, o conceito que tem a extensão a mais restrita tem a intensão mais rica; o nome próprio é, então, a palavra cuja significação é a mais vasta.

De um lado, junto aos teóricos segundo os quais o nome próprio não tem conotação [Mill], está a etiqueta que toda a significação se esgota na sua constituição fônica, uma palavra “que é reconhecida como identificando seu objeto em virtude da distinção exclusiva da sua constituição fônica” [Gardiner]; de outro lado, estão os teóricos segundo os quais os nomes próprios “são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais” [Bréal; Jespersen; Dauzat; citados em Sorensen]. Observamos, mais uma vez, a instauração do debate sobre saturação do nome próprio.

Molino retoma desta oposição a existência de dois dados intuitivos solidamente fundados e que toda teoria do nome próprio deve dar conta:

...o nome próprio parece funcionar como marca distintiva vazia, mas ao mesmo tempo reenviar – para utilizar o vocabulário de Peirce – à uma série indefinida de interpretantes, que nos parece como os mais ricos, mais carregados de afetividade que os interpretantes evocados por um nome comum, como o mostra a lista dos nomes próprios nas obras de Hugo ou de Proust.⁷⁷

Aponta a condução que a semântica operou rumo à pragmática que, em certos aspectos da significação, corresponde ao uso diverso do nome próprio. Esse elemento marca uma passagem do sentido ao uso, da linguagem à sociedade, advinda da colocação em correspondência de um nome próprio e um indivíduo, do uso referencial único, do batismo e do uso vocativo.

Molino parte de Lévi-Strauss que, no *Pensamento do Selvagem*, define o nome próprio como aquilo que serve para identificar, classificar e significar. Por essa vertente, *a função de identificação é a função canônica do nome próprio*⁷⁸. Ressalta que, para Lévi-Strauss, o nome próprio serve também para classificar os indivíduos, como serve para classificar as espécies, naturais ou humanas. *A nomeação obedece, em todas as culturas, a regras, regras mais ou menos estritas e que deixam mais ou menos lugar à iniciativa do doador do nome*⁷⁹.

Molino retoma a distinção proposta por Bühler, para o qual existe na língua um campo da dêixis (composto de todos os elementos que reenviam às três dimensões da dêixis: eu, aqui e agora) e o campo da representação (ao qual pertencem os outros elementos da linguagem, nomes e verbos). Dentro de sua posição, Molino afigura que o nome próprio constitui um outro campo lingüístico, que ocupa um lugar intermediário entre o campo dos dêiticos e o campo da representação, sendo que *é este* lugar intermediário que

⁷⁷ *...le nom propre semble bien fonctionner comme marque distinctive vide, mais en même temps renvoyer – pour utiliser le vocabulaire de Peirce – à une série indéfinie d'interprétants, qui nous apparaissent comme plus riches, plus chargés d'affectivité que les interprétants évoqués par les noms communs, comme le montre le rôle des noms propres dans l'oeuvre de Hugo ou de Proust. Molino (1982), p.13*

⁷⁸ *La fonction d'identification est la fonction canonique du nom propre. Molino (1982), p. 17*

permite explicar suas propriedades lingüísticas. Essa pontuação é comum entre alguns autores que trouxemos para esse capítulo (Bréal, Brondal e outros), o que nos indica esse posicionamento escorregadio do nome próprio que se aproxima da dêixis para, em seguida, descolar desse campo.

A constatação de Molino, ao considerar que o nome próprio constitui um outro campo lingüístico, ocupando um lugar intermediário entre o campo dos dêiticos e o campo da representação, pode ser consequência da sua constatação inicial de que não é uma tarefa simples encerrar o nome próprio em nenhuma definição. Podemos indagar se as constantes retomadas filosóficas que podemos perceber nos trabalhos de Granger (1982) e Kleiber (1984/1994) também constituem os contornos dessa dificuldade, que também aponta para a recorrente tarefa de tomar a linguagem como totalmente apta a referenciar o mundo.

A análise impetrada por Gilles Granger (1982) contemplará o aspecto representativo do nome próprio. Com um provocativo título *Para que servem os nomes próprios?*, ele fará pertinentes contribuições apoiando-se num conjunto de ferramentas filosóficas e retomando como essencial a distinção fregeana clássica entre sentido e referência. Marca que a origem dessa distinção está no problema da identidade, que permanece até hoje no coração de toda reflexão sobre nome próprio. Granger afirma que *se não se pode resignar em admitir que a identidade $a=b$ se reduz a não ser senão uma relação entre dois nomes, mas que se reconhece que ela nos diz também alguma coisa destas que reenviam aos signos, então é preciso distinguir duas funções do nome.*⁸⁰ (trad. nossa)

⁷⁹ *La nomination obéit, dans toutes les cultures, à des règles, règles plus ou moins strictes et qui laissent plus ou moins de place à l'initiative du donneur de nom.* Molino (1982), p.18

⁸⁰ *Si l'on ne peut se résigner à admettre que l'identité $a=b$ se réduise à n'être qu'une relation entre deux noms, mais qu'on reconnaisse qu'elle nous dit aussi quelque chose de ce à quoi renvoient les signes, il faut alors distinguer deux fonctions du nom.* Granger (1982), p.21

Para a discussão que propõe, Granger se utiliza da teoria peirceana do signo: “*um signo, ou representamen é qualquer coisa que representa a alguém qualquer coisa sob qualquer aspecto ou capacidade*”. Parte da hipótese de que o primeiro esquema de Peirce é um esquema estático, uma espécie de anatomia do signo, e que ela se propôs sobretudo a mostrar o funcionamento da denotação. *O signo é aqui processo de significação, como o marca bem a proliferação indefinida dos interpretantes, mas não processo psicológico, encadeamento de fatos mentais.*⁸¹ Toma, ainda, uma terceira categoria de conceitos, a *pragmática*, referindo a tudo o que concerne à relação do enunciado às circunstâncias de enunciação.

Granger mantém no centro do interesse a noção de individuação, que, para ele, parece caracterizar o nome próprio em sentido estrito, sendo uma noção que atrai a atenção particular dos lingüistas. Em sua opinião, do ponto de vista extremamente semântico, parece que os nomes da língua natural, que são considerados nomes próprios, não reenviam senão aos indivíduos genéricos, e não se distinguem, então, essencialmente, dos nomes comuns, mas ele supõe que a semântica destes nomes próprios não constitui o instrumento de designação essencial.

Para Granger, a descrição funciona aqui como instrumento de *monstracion*. Ele distingue dois níveis de funcionamento de um signo como nome próprio, cada um deles introduzindo, de resto, um elemento pragmático irreduzível a seu conteúdo semântico. No primeiro nível, o signo serve ‘para falar de um indivíduo’. É o caso de certos usos referenciais da descrição. O segundo nível, que corresponderia plenamente ao nome próprio, não se realiza senão quando a interpelação é efetiva, e que ‘se fala ao indivíduo’.

⁸¹ *Le signe est ici processus de signification, comme le marque bien le prolifération en droit indéfinie des interprétants, mais non pas processus psychologique, enchaînement de fait mentaux.* Granger (1982), p.23

Situado como uma variação ao trabalho de Kripke, encontramos nos recentes estudos lingüísticos as colaborações de Georges Kleiber (1984 /1994) que estabelece a representação como a característica principal do signo lingüístico, sendo que a vocação primeira da linguagem é falar do real, segundo ele. Esses elementos fazem com que ele sustente que *a relação de denominação é uma parte constitutiva dessa dimensão referencial*⁸².

Para sustentar sua argumentação, ele estabelece uma distinção entre denominação e designação. A denominação se efetua na dependência de uma instauração prévia de um laço referencial particular entre o objeto x e o signo X. Esse movimento resulta na aquisição de uma competência referencial que se estabelece pela capacidade de se utilizar X por x, implicando em um aprendizado e no estabelecimento de uma ligação referencial constante. Ele considera a denominação como a relação que une uma unidade lexical codificada a seu referente. Contrariamente às frases de denominação, as frases de designação não pressupõem nenhuma denominação prévia.

Sob esses argumentos, Kleiber retoma a problemática do nome próprio, indicando que, com o ato de denominação prévio, os nomes se restringem aos signos que foram atribuídos às coisas da realidade que eles designam. A associação referencial de uma relação de denominação é uma associação durável, pois estabelece uma regra de fixação referencial que permite a utilização ulterior do nome pelo objeto denominado.

Situando o nome nessa problemática, Kleiber deixa muitas questões abertas no que tange a esse ato de denominação prévio que parece se instaurar à revelia do falante, nos dando a impressão de que, nessa abordagem, a dimensão subjetiva não se situa em primeiro plano. É nesse ponto que podemos convocar os estudos de Eduardo Guimarães (2002), que

⁸² Kleiber (1984), p. 77

consideram o nome próprio entrelaçado ao sujeito, à enunciação e à história. Com Guimarães, abrimos novamente os caminhos para considerarmos o que escapa à linguagem, incluindo a dimensão subjetiva e podendo sustentar um estudo dos nomes próprios que contemple tais aspectos.

Este autor se coloca numa posição materialista, junto com aqueles que não tomam a linguagem como transparente, considerando que sua relação com o real é histórica. Nessa vertente, uma reflexão enunciativa para problemas de designação e referência na linguagem é efetuada, pesquisando sobre os nomes próprios e nomes comuns. Partindo de uma concepção enunciativa da linguagem, Guimarães apresenta a designação constitutiva do sentido do nome próprio. Nessa direção, o nome próprio se apresenta como nome de um objeto único. Por essa via, o autor define nomes próprios como aqueles que se apresentam como nomes de objetos únicos, detendo-se no estudo de nomes próprios de pessoa e dos nomes de rua. Centraliza seu interesse no estudo do funcionamento dos nomes e, especificamente, da designação.

Guimarães considera que *não há como pensar uma semântica lingüística sem levar em conta que o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem*⁸³. É no espaço conformado por estas duas necessidades, quais sejam, de que a linguagem fala de algo e do construído na linguagem, que ele procura configurar o que é uma semântica do acontecimento – uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer.

Dessa forma, Guimarães considera que o tratamento da enunciação deve dar-se num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido, de modo que a semântica se formule, claramente, como uma disciplina do campo das Ciências Humanas,

fora de suas relações com a lógica ou gramática matematizável ou de uma gramática que contém uma estrutura biologicamente determinada.

Pontuando sobre nome próprio, Guimarães sustenta que o que o nome designa é construído simbolicamente. Esse elemento aponta para estabelecimentos da lei e do aspecto de uma “escolha” de um nome que se dá segundo um agenciamento enunciativo específico. A idéia de um agenciamento enunciativo específico também pode ser encontrada nos trabalhos de Bernard Bosredon (1999) que, ao tomar como *corpus* os nomes de quadros (signalética dos títulos de quadros), percebe que essas produções lingüísticas estão amplamente condicionadas pela natureza dos referentes em questão, as telas, que nesse aspecto constituem fatos de discurso.

Bosredon sustenta que *ao objeto pintura é portanto associado um conjunto de determinações ao mesmo tempo históricas e práticas, um conjunto de determinações ‘físico-culturais’ (o museu, a galeria, a obrigação de indicar uma tela por uma designação única...) que constituem a verdadeira fonte da titulação e, em conseqüência, ‘o que opera’ nesse tipo de regime discursivo.*⁸⁴

Então, ele conclui que a titulação das pinturas segue um programa específico que privilegia a escolha de certas formas de designação em detrimento de outras. Os aspectos morfossintáticos, as combinatórias, obedecem a um situado histórico de modo de designação. Bosredon concluiu que

... é sob essa condição que as palavras do título fazem mais do que designar separadamente os diferentes componentes da tela: elas nomeiam a própria tela compondo uma representação de uma outra ordem, uma representação autônoma que se intercala entre a simples legenda e os referentes que ela identifica. Ao ligar a unidade de um referente a uma representação lingüística

⁸³ Guimarães (2002), p.7.

⁸⁴ Bosredon (1999), p. 18

*única deste, o discurso, o próprio discurso da titulação, está na origem desse deslocamento.*⁸⁵

É essa marcação que Guimarães retoma ao investigar os nomes próprios de pessoas, cidades e ruas. A hipótese de Guimarães é que esta unicidade é um efeito do funcionamento do nome próprio como processo de identificação social do que se nomeia. Ele destaca que isto ganha contornos especiais e muito particulares no caso dos nome próprios de pessoa porque, neste caso, o funcionamento do nome se dá no processo social de subjetivação. Ou seja, passa a ser uma questão do sujeito. Guimarães assinala:

*Pensar nome próprio de pessoa nos coloca diante da relação nome/coisa, na qual se considera que se está diante dos casos em que se tem um nome único para um objeto único. Por outro lado se coloca a questão de que há uma relação particular: o nome único é o nome de uma pessoa única. Ou seja, estamos na situação de que o nome está em relação com aqueles que falam, que são sujeitos no dizer. Isto por si só ressignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito.*⁸⁶

Os aspectos morfossintáticos (um modo de construção) são observados por ele, que pontua que o funcionamento do nome próprio de pessoa em nossa sociedade se forma a partir da combinação de dois tipos de nome: os nomes e os sobrenomes. E ainda uma terceira classe: *Júnior e Filho*.⁸⁷ Guimarães apresenta:

*O que se observa é que o nome próprio de pessoa, que é apresentado como um nome único para uma pessoa única, é na verdade uma construção tal que um sobrenome determina um nome. Por exemplo Marques e Goulart determinam João Belchior. Há que se considerar aqui que o nome e sobrenome podem ter uma relação de determinação interna através de um procedimento de aposição de um nome ou sobrenome ao outro. Voltemos à determinação do nome pelo sobrenome. Ela (determinação) diz que João Belchior é um Marques Goulart. É da família Marques Goulart. Ou seja, o funcionamento do nome próprio de pessoa é construído por uma determinação.*⁸⁸

⁸⁵ Bosredon (1999), p. 37

⁸⁶ Guimarães (2002), p. 33

⁸⁷ Pensamos que na terceira classe, podemos acrescentar: Neto, Sobrinho, Primeiro, Segundo, etc.

⁸⁸ Guimarães (2002), p. 34

Partindo dessa argumentação, há uma constituição morfossintática do nome próprio de pessoa e ela se dá como relações de determinação que especificam algo sobre o que se nomeia. E estas relações são restrições que determinam o modo de nomear alguém. Guimarães apresenta variações na composição entre nome e sobrenome, que podem vir ligados por uma preposição e um determinante (artigo). Por esses elementos, ele indica:

Esta observação inicial nos leva a considerar que o nome próprio de pessoa é, na nossa sociedade, uma construção em que relações semânticas de determinação constituem o nome, o que nos afasta de posições estritamente referenciais ou cognitivas no estudo do nome próprio.⁸⁹

Guimarães mostra que a nomeação de pessoas se dá no espaço de enunciação da Língua Oficial do Estado, a Língua Nacional, como Homogênea. Assim, ele apresenta quatro aspectos inerentes ao nomear: o primeiro aspecto situa o ato de dar nome a uma pessoa na nossa sociedade operado pelos pais; entretanto, esse ato é circunscrito pela “obrigação” estabelecida pela lei. Nomeando e incluindo a criança no registro do Estado, a partir de um texto sustentado pela lei, a criança passa a circular entre as obrigações e direitos advindos dessa inclusão.

O segundo aspecto contempla a “escolha” do nome. Guimarães chama a atenção para o fato de que, em cada época, há nomes predominantes, marcando mais uma vez o estabelecimento de um agenciamento enunciativo. As relações presentes no ato de renomear são consideradas como terceiro aspecto, pela indagação: Por que alguém que foi nomeado *Antônio Cândido de Melo e Souza* é no uso corrente *Antônio Cândido*? Ou *Maximino de Araújo Maciel* é *Maximino Maciel*? Guimarães assinala que o percurso social do nome (que está envolvido no ato de renomear) não é homogêneo para todas as pessoas.

⁸⁹ Guimarães (2002), p. 35

O quarto aspecto diz respeito ao lugar do qual se nomeia e contempla os esquemas de nomeação utilizados no serviço militar, em que se há dois João Rodrigues, um deve ser João e o outro, Rodrigues. Percebemos que o estabelecimento dessas determinações também pode ser encontrado no campo familiar, quando, na presença de duas pessoas com um mesmo nome, alguma característica é eleita para diferenciar um do outro. E mesmo em outros grupos sociais, tais como na escola, um nome pode ser determinado pela cidade ou estado em que a pessoa nasceu (reside), ou ainda pelo destaque de algum elemento que funcione como marca diferencial.

A análise desses aspectos, segundo Guimarães, põe de início a questão sobre o funcionamento do nome próprio que se constitui como a busca de uma unicidade. Ou seja, um nome para uma única pessoa. Unicidade que o funcionamento morfossintático mostra que é, em verdade, uma construção de relações lingüísticas e não uma relação direta entre palavra e objeto. Nesse aspecto, ele aponta: *Como vimos um nome de pessoa é uma construção com determinações de um certo tipo. A questão interessante é procurar saber o que significa esta construção de unicidade do nome próprio*⁹⁰.

Mediante o que, Guimarães argumenta:

*Isto leva a considerar o fato de que o funcionamento do nome próprio de pessoa, na nossa sociedade, inclui uma hipótese de unicidade que não tem, no entanto, procedimentos de diferenciação suficientes a não ser no interior de cada família, ou seja, o nome próprio funciona como se fosse único, embora não seja. E a não unicidade se dá pelo cruzamento de lugares enunciativos diferentes que levam a nomeação: o da corporação, o coletivo, o da atualidade, etc., relacionados com uma história de enunciações que vai afetando o nome.*⁹¹

Guimarães afirma que a capacidade referencial não é, assim, o fundamento do funcionamento do nome próprio. Elemento que o aproxima do posicionamento de muitos autores, tais como Mill e Lacan, pois percebemos que o que apresenta em destaque é a

⁹⁰ Guimarães (2002), p.36

capacidade diferencial do nome próprio. Tal posicionamento abala o estatuto exclusivamente referencial atribuído ao nome próprio, tal como sustentado por Georges Kleiber.

A referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado.

Assim a unicidade do nome próprio de pessoa é uma construção da disparidade que acompanha seu funcionamento. O que ele refere hoje é o que uma nomeação passada (de um locutor-pai)⁹² nomeou. O que ele significa numa dada enunciação (com sua temporalidade) é toda sua história de nomeações, renomeações e referências realizadas (com suas temporalidades próprias).⁹³

Assim, o autor marca que este tipo de consideração do funcionamento da designação, nomeação e referência coloca absolutamente em cheque qualquer tentativa de tratamento composicional do sentido. Ele relaciona essa impossibilidade ao fato de que a relação integrativa de uma expressão deve ser remetida à textualidade e não às relações imediatas e segmentais num enunciado. *E isto se liga diretamente ao caráter próprio do funcionamento político da linguagem no acontecimento da enunciação.*⁹⁴

O percurso que trilhamos nesse capítulo mostra os vários relançamentos que os autores da Linguística promoveram e que nos abrem para uma questão: Como articular o nome próprio por seu estatuto diferencial? Considerar o nome próprio de pessoa nesse acontecimento que se dá no processo de subjetivação não convocaria uma teoria do sujeito?

Determinação, saturação, aspectos morfossintáticos e referenciais são os relançamentos que observamos pela trilha lingüística. Se o nome próprio escapa às

⁹¹ Guimarães (2002), p.40

⁹² Embora não nos determos neste trabalho sobre esta questão, gostaríamos de registrar que a função nomeante do pai tem um lugar privilegiado no campo da Psicanálise. A função paterna é estruturante e fundamental para a ascensão do sujeito à ordem simbólica. A noção de pai em Psicanálise tem uma especificidade teórica fundamental pois, remete a uma entidade essencialmente simbólica que ordena uma função.

estratégias classificatórias, conforme constatamos no trabalho de Brondal, seu caráter de som distintivo convoca novas elaborações conforme nos marca Gardiner. O nome próprio também escapa ao estabelecimento de fronteiras entre as disciplinas, fazendo-nos circular pela Psicologia, Antropologia e outras áreas. E mesmo se o retorno aos questionamentos lógico-filosóficos são freqüentes, como percebemos com Granger e Kleiber, a inquietante questão da dimensão humana toma lugar na comissão de frente dos estudos sobre nome próprio. Dimensão essa atravessada por uma história, por um campo de representação que se situa no e pelo simbólico, marcando os furos da linguagem e do que a ela escapa, conforme Bréal e Saussure salientam. Ou seja, no registro dos nomes próprios de pessoa toda dimensão da linguagem -como campo das representações e ordenações – torna-se questão. A tentativa de teorizar, pela via dos aspectos da língua, aspectos jurídicos-sociais não abarca os outros elementos que estão envolvidos no ato de nomear. Ao que poderíamos dizer que o nome próprio ri da língua. Ele escapa sorrateiramente, assinalando que há outras cartas – letras (*lettres*) a serem lançadas. E, mais que isso, cartas que dependem da aposta do Outro para serem tomadas como válidas.

⁹³ Guimarães (2002), p.42

⁹⁴ Guimarães (2002), p. 94

III– O NOME PRÓPRIO E SUA RELAÇÃO COM O INCONSCIENTE

Se propomos sustentar o nome próprio e sua relação com o inconsciente é porque consideramos que as construções teóricas da Psicanálise se movimentam numa perspectiva sempre inaugural na forma de pensar o sujeito. Podemos nos debruçar sobre esse viés graças aos estudos sobre este tema nos campos da Filosofia, da Lógica e da Lingüística, dos quais citamos alguns autores. As tentativas de classificar, as construções da lógica clássica, os retornos à substancialização e os trabalhos da semântica do acontecimento abriram espaço para pensar o nome próprio em outra dimensão: no estatuto do inconsciente – do sujeito.

Na seara do nome próprio, encontramos muitas perguntas; encontramos também respostas que deslizam e se ancoram em pontos teóricos diversos. Desde os sistemas classificatórios, passando pelo valor de verdade das proposições e mesmo pelo agenciamento enunciativo específico, que nos exhibe uma nova representação, esbarramos nas inquietantes perguntas que, possivelmente, só se repetem por se ancorarem ao circuito do desejo – que, diga-se de passagem, é o circuito do sujeito.

Como se lançar nessa vereda? Como articular nome próprio e inconsciente? Esta pergunta baliza e norteia este trabalho. Sabendo que o inconsciente se dá a conhecer pelos efeitos de suas formações, elegemos os chistes como a trilha em que podemos encontrar os passos que nos desvelam os nomes próprios. Por essa escolha, analisamos os chistes construídos sobre nomes próprios. A supremacia do significante – e sua relação com os processos psíquicos e com as formações do inconsciente – surge como ponto fundamental para o entendimento da função do nome próprio no inconsciente e na problemática específica da identificação.

As formações do inconsciente foram tomadas por Lacan como tema do Seminário 5 (1957/1958), momento em que ele propõe apresentar a função do significante no inconsciente. Lacan conduz sua exposição, tomando os chistes como ponto de partida e marcando que estes se revelam a melhor entrada, a mais brilhante forma para se pensar as relações do inconsciente com o significante e suas técnicas. Ele salienta que o chiste traz a possibilidade de teorizar sobre a técnica significante e destaca que o movimento realizado por Freud de voltar a essa técnica incessantemente foi o que possibilitou que este deslindasse verdadeiramente o problema do chiste. Ou seja, Lacan propõe que toda argumentação freudiana gira em torno da técnica do chiste como técnica de linguagem.

Dentro das escorregadias tentativas de definições dos chistes e do riso, podemos abrir horizontes para depreender como os chistes se estabelecem de forma tão presente no cotidiano e como nos interroga, a cada tentativa de teorizarmos sobre eles⁹⁵. Em um primeiro momento do Seminário 5, Lacan chama a atenção para o termo alemão *Witz*, que significa “chiste” e também significa “espírito”. Para o recorte que propomos neste trabalho, gostaríamos de introduzir algo na mesma direção, porém referente à palavra *graça* na língua portuguesa. Salientamos, ainda, que essa formulação pode ser encontrada em outras línguas de origem latina, pois a etimologia permite tal deslizamento nessas línguas.

A palavra ‘graça’ tem uma lista de significados extremamente condizentes à condição de equívoco que a linguagem promove. Palavra oriunda do latim (*Gratia*), ‘graça’ pode significar⁹⁶, dentre outras coisas: 1) Favor dispensado ou recebido; mercê, benefício, dádiva; 2) Benevolência, estima, boa vontade; 3) Beleza, elegância ou atrativo de forma, de aspecto, de composição, de expressão, de gestos ou de movimentos; 4) Dito ou ato

⁹⁵ Outro elemento que nos confirma essa insistência habitual dos chistes, se mostra na constatação feita por Pêcheux da presença de chistes em seu texto que tratava da sua relação com Althusser.

⁹⁶ Fonte: Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI

espirituoso ou engraçado. [Sin.: caçoadas, chiste, gracejo, graceta, pilhéria, troça e (no Brasil) gozação, chiata.]; 5) O nome de batismo. (grifos nossos).

As variações que percorremos ao tratar da graça tornam seu uso cotidiano ainda mais vasto. Desde o uso teológico – em que a graça é o dom ou virtude especial concedido por Deus como meio de salvação, ao uso corriqueiro de algo que é gratuito⁹⁷, a palavra ‘graça’ se mantém presente no discurso quando se cai nas graças, quando se alcança uma graça, quando não se é de graças, ou quando se perde a graça. Mas pra quê tanta graça? Para falar dos chistes, poderia ser uma resposta. Mas também para tocar no riso, esse afeto que sacode o corpo, ora com doces balanços, ora com solavancos. É o que nos mostra o trabalho de Veras (1999) que, diante desse desafio, escreve:

Freud dirá que, para as pessoas sérias, “sonhos são espumas” (Träume sind Schäume). Para Bergson, o riso é também espuma e, como ela, acaba por se desfazer, escapando por entre os dedos do filósofo nas últimas linhas de seu livro. Singular evanescência de sonhos e risos; e o filósofo, acompanhando o movimento das ondas, observa que o riso escorrega, escapa e torna a reviver, como impertinente desafio lançado à especulação filosófica, tornando impossível a tarefa de encerrá-lo numa definição.

Neste trabalho, trataremos a *graça* para falarmos de nome próprio em um recorte bem específico, qual seja, na sua relação com o inconsciente. Para tal empresa, pontuaremos alguns elementos do texto que Freud escreveu em 1905 – “Os chistes e sua relação com o inconsciente”. Freud declara que escolheu trabalhar com os chistes que mais o fizeram rir, mesmo anunciando que quem ri de um chiste não está no melhor lugar para teorizar sobre ele. E ressalta, paradoxalmente, que só há chiste quando há riso.

A razão subjetiva de Freud para escrever o livro dos chistes torna seu trabalho extremamente fascinante. Essa relação estreita com o subjetivo produz modificações na própria maneira de teorizar. Outro elemento considerado é esse “algo” nos chistes que

⁹⁷ Ainda brincando com o equívoco: “Toda terça-feira o teatro é de graça.”

resiste a ser traduzido, teorizado. Aqui, gostaríamos de chamar a atenção para a resistência à tradução e aos impasses teóricos que também encontramos no domínio do nome próprio. Suspeitamos que isso não seja uma mera coincidência.

O chiste impõe uma condicionalidade subjetiva que o torna único. Relembrando as palavras de Freud (1905): *Aquilo que é chiste pra mim pode ser meramente uma história cômica para outras pessoas*. Tal qual ocorre com as outras formações do inconsciente, é só *a posteriori* que se teoriza sobre os chistes. É o que se pode ler da citação de Lacan (1957/58):

*O inconsciente, justamente, só se esclarece e só se entrega quando o olhamos meio de lado. Aí está uma coisa que vocês reencontrarão o tempo todo no Witz, pois tal é sua própria natureza – vocês olham para ele, e é isso que lhes permite ver o que não está ali.*⁹⁸

E o riso, elemento essencial, é pivô das indagações freudianas que manifestam a relação dos chistes com o inconsciente. Freud percorre as discussões, pautando-se nos três pontos de vista que balizam sua metapsicologia:

- Do ponto de vista tópico, Freud anuncia que o chiste traz um “não saber” que ressalta outra dimensão, o que supõe a idéia de lugares psíquicos⁹⁹: “não sabemos do que estamos rindo”. Quando Freud destaca que os chistes acontecem involuntariamente, aponta para essa intenção enigmática que revela a divisão do sujeito.

- Do ponto de vista dinâmico, há o conflito que impera pelo recalçamento e que leva Freud a declarar, no caso dos chistes tendenciosos¹⁰⁰, que “só podemos rir quando um chiste vem em nossa ajuda”.

⁹⁸ Lacan (1957/58), p. 25

⁹⁹ Nesse momento da construção freudiana, trata-se da primeira tópica: consciente, pré-consciente, inconsciente.

¹⁰⁰ Freud classifica os chistes em (1) inocentes e (2) tendenciosos. Esses últimos podem servir a dois propósitos: agressividade (chiste hostil) e desnudamento (chiste obsceno).

- Do ponto de vista econômico, a investigação dos chistes se processa a partir do “ganho de prazer da palavra” (*Wortlustgewinn*), em que a tendência à economia é elemento presente na produção do chiste.

Sendo a questão do prazer em Freud formulada pela via quantitativa (econômica), da qual ele elabora uma hipótese psicogenética, ele pretende considerar a economia psíquica em jogo na técnica e nas tendências (propósitos) dos chistes. Assim, diversas elaborações em torno desses elementos são indicadas por ele. É importante salientar que, para Lacan, o prazer está relacionado ao significante, o que insere uma diferença de leitura em relação a Freud; trata-se de uma leitura do prazer na técnica do significante, que remete à dimensão do Outro.

Ao formular as relações do chistes com o inconsciente, Freud retoma a discussão sobre o mecanismo do processo primário. Esse mecanismo rege o funcionamento inconsciente, não obedecendo aos princípios lógicos e seguindo os modos essenciais dos processos inconscientes: condensação e deslocamento. Assim como o deslocamento, a condensação é, para Freud, um processo que encontra seu fundamento na hipótese econômica; sobre a representação-cruzada vem adicionar energias que foram deslocadas ao longo das diferentes cadeias associativas. Isto é, Freud defende que, na condensação, uma representação única agrega nela mesma muitas cadeias associativas, sendo, dessa forma, a interseção das mesmas. Assim, ela é investida de energia que, ligada a estas diferentes cadeias, se adiciona sobre elas. Baseando-se na análise dos sintomas, ele teoriza sobre a condensação, evidenciando seu alcance na interpretação dos sonhos e estendendo-a para as outras formações do inconsciente. As condições que permitem e favorecem a condensação (energia livre, não ligação, tendência à identidade de percepção) são realizadas pelo processo primário.

O deslocamento se estabelece pela possibilidade da intensidade de uma representação desligar-se dela para passar a outras representações originalmente pouco intensas, mantendo, entretanto, ligação com a primeira por uma cadeia associativa. A noção de deslocamento aparece originalmente na teoria freudiana das neuroses e é encontrada também no modelo do aparelho psíquico no Projeto para uma Psicologia Científica (1895); tal qual a condensação, o deslocamento alcançou sua evidência nos sonhos. Lacan, apoiando-se em Jakobson, retoma e desenvolve a indicação que assimila o deslocamento à metonímia e a condensação à metáfora, conforme ele indica no texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*:

A Verdichtung, condensação, é a estrutura de sobreposição dos significantes onde a metáfora se origina, e cujo nome, por condensar em si mesmo a Dichtung, indica a conaturadlidade do mecanismo com a poesia, até o ponto de envolver a função propriamente tradicional desta última. A Verschiebung ou o deslocamento, é mais perto do termo alemão, essa virada da significação que a metonímia demonstra e que, desde seu aparecimento em Freud, é apresentada como o meio mais eficaz de que dispõe o inconsciente a fim de burlar a censura.¹⁰¹

Em Freud, a técnica e as tendências (propósitos) são fontes de prazer e estão vinculadas à remoção de um obstáculo que opera pelo recalçamento. A técnica consegue fazer uma economia de gasto psíquico, o que equivale ao prazer. Freud estabelece como uma das questões: “O que o chiste economiza com sua técnica?”. Uma das respostas a esta questão está na análise do processo de condensação. O que está em jogo é a produção de um prazer e Freud, depois de analisar os chistes tendenciosos, aponta que é “difícil distinguir entre o prazer da técnica e o prazer que deriva de seu propósito”. Pois, para ele, os chistes tendenciosos têm a seu dispor fontes de prazer, além daquelas abertas nos chistes inocentes.

¹⁰¹ Lacan (1957), p.242

Lacan, porém, atento ao movimento de Freud descrito anteriormente, marca um diferencial na forma de construir a teoria, expondo no Seminário V:

Já que vocês entreabriram, desde a última vez, espero - , o livro de Freud sobre o Witz, puderam perceber que toda argumentação dele gira em torno da técnica do chiste como técnica da linguagem. Se o que surge de sentido e significação no chiste parece-lhe digno de ser aproximado do inconsciente, isso se fundamenta apenas em sua função de prazer. Aí está uma coisa que fico martelando, pois tudo que tenho a dizer sobre a tirada espirituosa se relaciona com isso: o essencial gira, sempre e unicamente, em torno de analogias estruturais que só são concebíveis no plano lingüístico, e que se manifestam entre o aspecto técnico ou verbal do chiste e os mecanismos próprios do inconsciente, que Freud descobriu sob nomes diversos, tais como condensação e deslocamento ...¹⁰²

A exposição de Lacan, citada anteriormente, parece ser vestígio da afirmativa de Freud de que as palavras são material plástico, que se prestam a todo tipo de coisas e que, usadas em certas conexões, perdem todo seu sentido original, mas o recuperam em outras conexões. Dessa forma, Freud afirma que a técnica do chiste se aproveita das condições prevalentes no material lingüístico. Porém, mais adiante em seu texto, Freud aponta que o uso lingüístico não merece confiança, à medida que ele próprio necessita que sua justificação seja examinada. Ele formula, nesse momento, que as fontes de prazer, derivadas do mecanismo inconsciente, merecem ser investigadas a partir das construções metapsicológicas propostas por ele.

Lacan, todavia, ao assumir a asserção de que o exercício do significante evoca, por si mesmo, tudo que é da ordem do inconsciente, sustenta que a lógica que opera no inconsciente é a do significante. Ele argumenta:

As características do significante são as da existência de uma cadeia articulada que (...) tende a formar grupos fechados, isto é, compostos de uma série de anéis que se prendem uns aos outros para constituir cadeias, as quais, por sua vez, prendem-se a outras cadeias à maneira de anéis.(...) A existência dessas cadeias implica que as articulações ou ligações do significante comportam duas dimensões, aquela que podemos chamar de

¹⁰² Lacan (1957/58), p.31

*combinação, continuidade, concatenação da cadeia; e a da substituição, cujas possibilidades estão sempre implicadas em cada elemento da cadeia.*¹⁰³

Conforme ressaltamos, Lacan vai articular tais funcionamentos pela via da metáfora e da metonímia. Mesmo apontando algumas diferenças na sustentação teórica entre Freud e Lacan, o que nos sugere uma descontinuidade em alguns elementos teóricos, o aspecto lingüístico (verbal, fônico) encontra-se presente nas construções dos dois. Seja na análise da técnica dos chistes categorizada por Freud (a partir de “duplo sentido”, “jogo de palavras”, ou “uso múltiplo das palavras”), seja na elaboração lacaniana que propõe a satisfação em nível do significante – do Outro como tesouro do significante.

A aproximação de chistes e nome próprio – indiscretamente sugerida no título desse trabalho – nos foi iluminada por intermédio da seguinte pergunta que Freud lança em seu texto de 1905: o que fazem os nomes próprios serem fáceis vítimas dos processos chistosos? Gostaríamos de desenvolver essa pergunta, marcando a sutileza da língua que faz com que ‘graça’ seja sinônimo de ‘nome’. Para o desenvolvimento de nossa questão, propomos pensar os chistes que são formulados a partir de nomes próprios: Qual é a graça desses chistes? O que o nome próprio tem a ver com o inconsciente?

Freud ressalta que os nomes próprios em geral são fáceis vítimas do tratamento infundido pelo processo de condensação, pela técnica do chiste; assim, passa a demonstrar, baseado em vários chistes com nomes próprios, as sutilezas envolvidas no processo de condensação que se mostram nesses chistes. Relata que a construção de uma fonte [*Brunnen*] em Berlim custou ao Burgomestre Forckenbecke muita impopularidade; esse fato fez com que os berlinenses chamassem a fonte de *Forckenbecken*. A palavra *Brunnen* (em alemão) e a palavra *Becken* – seu sinônimo obsoleto significam *fonte*. A fonte

¹⁰³ Lacan, sem.5 p.34

construída por Forckenbecke recebeu o chistoso nome de Forckenbecken. O que podemos considerar aqui é a escolha do sinônimo obsoleto para ser aglutinado ao nome e assim determiná-lo. Essa determinação se sustenta pelos elementos fonológicos presentes no trocadilho, pois o acréscimo de uma letra [n] faz com que os nomes do construtor e do objeto construído se fundam. Freud considera, nesse momento, a condensação como o processo que agencia a composição desse chiste tal como ocorre nos exemplos seguintes.

Os nomes próprios em geral são fáceis vítimas desse tipo de tratamento pela técnica do chiste, adverte Freud, ao apresentar como a opinião pública européia tratou um potentado, chamado *Leopold*, mudando seu nome para *Cleopold*, devido as relações que ele mantivera certa vez com uma senhora cujo primeiro nome era Cleo. *Esse indiscutível produto de uma condensação mantém viva uma perturbadora alusão às custas de uma única letra*, aponta Freud. Mantendo essa observação, ele apresenta o caso de dois irmãos em Viena que se chamavam *Salinger*, um dos quais era um *Börsensensal* [corretor da Bolsa; Sensal=corretor]. Tal fato forneceu um meio para chamá-lo '*Sensalinger*', enquanto seu irmão para ser distinguido, era chamado pelo nome (nada lisonjeiro, segundo Freud) de '*Scheusalinger*' [Scheusal significa criatura monstruosa]. A engenhosidade dessa denominação constituía um chiste, segundo Freud. Além do mecanismo da condensação, imensamente explorado por Freud como um dos vetores dos chistes, nesse caso, podemos retomar os aspectos envolvidos no ato de renomear que é articulado como tentativa de efetuar uma marca diferencial entre os envolvidos, o que nos leva a supor que diversos elementos estão em jogo no estabelecimento de um ato referencial e que o ato de renomear é multideterminado.

A fim de mostrar mais exemplos de como a condensação em sua ampla variação está contida nos chistes que tratam dos nomes próprios, Freud cita outro exemplo: trata-se

de um jovem parente de Jean-Jacques Rousseau que foi apresentado em um *salon* em Paris. Além de trazer o nome Rousseau, o que marca o parentesco com o ilustre intelectual, o jovem tinha os cabelos ruivos. O comportamento do jovem, entretanto, foi extremamente desajeitado e, em face disso, a anfitriã comentou criticamente ao cavalheiro que o apresentou: “*Vous m’avez fait connaître un jeune homme roux et sot, mais non pas un Rousseau.*”¹⁰⁴

O esquema proposto pelo próprio Freud ao analisar este chiste $\frac{\text{Rousseau}}{\text{roux et sot}}$ é apreciado por ele como se a técnica consistisse no fato de uma mesma palavra – o nome – aparecer *usada de duas maneiras*, uma vez como no todo, e outra vez segmentada em sílabas separadas como uma charada. Ele chama a atenção, nesse ponto, para a conexão entre chistes e enigma. Assim, pronunciar o nome do jovem era também uma oportunidade de chamá-lo de ruivo-tolo.

Nesses chistes que colhemos em Freud, vale perguntarmos, assim como indagamos no capítulo anterior, sobre a questão da materialidade sonora do nome próprio que implica o suporte fonético/fonológico de uma língua. Tal observação pode ser apreciada nos chistes seguintes: Trata-se de quando a *Antigone* [de Sófocles] foi encenada em Berlim e recebeu da crítica um lamento sobre a falta de um adequado caráter de antigüidade na encenação. *O espírito berlinense transformou a crítica nas seguintes palavras: Antik? Oh, nee [Antigo, oh não. As palavras do dialeto berlinense correspondiam aproximadamente à pronúncia de ‘Antigone’].*¹⁰⁵ Freud retoma a análise do chiste de Rousseau e Antígona, lançando uma pergunta e discorrendo em seguida:

¹⁰⁴ “ Você me fez conhecer um jovem homem ruivo e tolo, mas não um Rousseau.” Lembrando que, em francês, a dupla roux et sot é homófona a Rousseau.

¹⁰⁵ Freud (1905), p.49

Onde se esconde a economia em chistes tais como Rousseau – roux et sot ou Antigone – Antik? Oh nee, nos quais notamos primeiramente a ausência de condensação, constituindo-se assim em nosso principal motivo para postular a técnica do uso repetido do mesmo material? É verdade que não podemos constatar aqui a ocorrência de condensação; mas se em vez disso usarmos o conceito mais inclusivo de economia, podemos consegui-lo sem dificuldade. É fácil indicar o que economizamos nos casos de Rousseau, Antigone, etc. Economizamos a expressão crítica ou a formalização do juízo: ambos já existem no nome próprio.¹⁰⁶ (grifos nossos)

O nome próprio economiza a expressão crítica ou a formalização do juízo por se apoiar nos elementos fonológicos que mantêm uma homofonia? É isso que Freud nos sugere? Adiante, discutiremos tais questões. Antes, apresentaremos outro chiste que utiliza segmentação de palavras, segundo Freud. É um chiste do meio médico e diz respeito à indagação feita a um jovem se este já tivera experiência masturbatória e cuja resposta seria: *o na, nie!* [oh, não, nunca! *Onanie* (onanismo) é a palavra alemã corrente para masturbação]. Lembramos que Onan é o nome de um personagem bíblico.

O próximo chiste que recolhemos em Freud é pertinente ser apresentado para indagarmos sobre os elementos que permitem que reconheçamos um nome próprio em língua estrangeira. Quando é um nome próprio e quando é um nome comum, quando estamos transitando em uma língua estrangeira? O chiste em questão foi enunciado durante um exame de jurisprudência. O candidato devia traduzir uma passagem no *Corpus Juris* e ele traduz: *Labeo ait ... por eu caio (fall)*. O examinador replica: *Você é reprovado (fail), digo eu*. E o exame chega ao fim. Como acontece com muitos chistes, este é mais nítido em alemão, pois a mesma palavra ‘fallen’ é usada para ‘cair’ e ‘ser reprovado num exame’. *Labeo* é efetivamente o nome de um famoso jurista romano e as palavras latinas deveriam ser traduzidas como *Labeo diz*. O candidato tomou *labeo* por *labeor*, palavra latina que significa ‘eu caio’. Dessa maneira, o engano cometido pelo candidato foi inadmissível para o examinador. Freud assinala que, nesse caso, *a técnica do chiste consiste no fato de que*

¹⁰⁶ Freud (1905), p.49

quase as mesmas palavras que provaram a ignorância do candidato foram utilizadas pelo examinador para pronunciar a punição¹⁰⁷. Para nós, esse chiste ilustra as dificuldades para reconhecer um nome próprio em língua estrangeira.

Quando Freud apresentou o outro caso de duplo sentido de um nome de uma coisa por ele denotada, ele contou um chiste feito por uma espirituosa vienense que se referia às inúmeras moças bonitas que, embora admiradas durante anos, não se casam. O chiste é: *Mais Hof [namoro] que Freitung [casamento]*. *Hof* e *Freitung* são os nomes de duas praças vizinhas de Viena. Freud indica que onde o nome não pode ser usado sem alterações, pode-se derivar dele um duplo sentido através das leves modificações que já conhecemos. Ele exemplifica: “*Por que*”, perguntava-se em tempos passados, ‘*o Francês rejeitou Lohengrin?*’ ‘*Por causa de Elza (Elsass [Alsace])* – *Elsass* é pronunciado como *Alsace*.

Diante desses chistes, podemos questionar: o que nos permite reconhecer uma palavra como um nome próprio? Freud (1903) destaca em *Psicopatologia da vida cotidiana* – com o célebre esquecimento do nome próprio do pintor da catedral de Orvieto, Signorelli – que o fato do nome esquecido ser estrangeiro não é sem importância. Retomamos o chiste que foi escolhido para introduzir este trabalho e que também se situa nessa condição, pois trata-se de um nome próprio em língua estrangeira. Segundo Freud, ele segue a mesma técnica descrita anteriormente. Vamos retomá-lo: Napoleão, apontando para o par e contrerâneo de uma dama diz: “*Tutti gli Italiani danzano si male.*” Ela responde: “*Non tutti, ma buona parte.*” A dama joga com o nome de Napoleão de uma forma brilhante, pois *buonaparte* é a forma italiana para o sobrenome dele.

¹⁰⁷ Freud (1905), p.41

As elaborações que Freud faz sobre os chistes que jogam com nomes próprios, os quais têm freqüentemente um propósito insultante e ferino, aproximam-se muito dos apontamentos que ele estabelece sobre os chistes tendenciosos em que ele afirma:

...os chistes tendenciosos são especialmente utilizados para possibilitar a agressividade ou a crítica contra pessoas em posições elevadas, que reivindicam o exercício da autoridade. O chiste, assim, representa uma rebelião contra tal autoridade, uma liberação de sua pressão. O fascínio das caricaturas baseia-se no mesmo fator: rimos delas, mesmo se mal-sucedidas simplesmente porque consideramos um mérito a rebelião contra a autoridade¹⁰⁸.

Nessa vertente da rebelião contra autoridades, Freud apresenta um chiste que se refere a nomes de professores, que se manifesta assim: *No momento não posso lembrar-me dos nomes de todos os estudantes, e quanto aos professores, há alguns que nem nome têm ainda.* Nos conta também o chiste relacionado a uma famosa cantora de nome Maria Wilt. Freud nos relata que o título de uma peça teatral, baseada no texto de Júlio Verne, foi nomeada de *A volta a Wilt em oitenta dias* como forma de aludir a deselegante figura da cantora.

A elaboração teórica que Freud empreende em torno dos chistes é tomada amplamente por Lacan, que, reconhecendo a originalidade e agudeza de Freud em tratar do tema, sustenta uma leitura ancorada no axioma “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Como marca Leite (1994), esta afirmação não pertence ao campo da Lingüística, importando salientar a presença do termo “como” na formulação do sintagma. Este termo nos mostra que se trata de uma isomorfia, pois a estrutura do inconsciente é exatamente a mesma da linguagem.

¹⁰⁸ Freud (1905), p. 104

Ao pensar nesta estrutura da linguagem, o nome próprio ocupa um espaço privilegiado. Lacan (1961/62) aponta que o nome próprio é um significante puro, que vale por sua função distintiva; é um traço distintivo. [...] *nomear é, primeiramente, algo que diz respeito a uma leitura do traço Um, designando a diferença absoluta*. Podemos perceber, nessa posição de Lacan, influências de alguns pensadores (tais como Mill e Kripke) dos quais falamos nos capítulos anteriores.

A identificação seria o motor do riso? Seria pela via da identificação que se presentifica o chiste? Seria a identificação a indutora da *graça*, no caso dos chistes com *nomes próprios*? Como formação do inconsciente, o chiste faz desvanecer o sujeito, que acontece no intervalo entre o que será feito e o que foi feito. É dessa graça escorregadia no tempo que se trata o chiste.

Para avançar nessas análises, gostaríamos de apresentar o trabalho de Jane de Almeida (1998) que realiza um estudo sobre os chistes que surgem na escrita de José Simão, colunista do Jornal Folha de São Paulo. Dentre as análises que ela empreende em seu *corpus* (a seleção de crônicas que se referem, principalmente, ao período eleitoral de 1994), encontramos os chistes com nomes dos políticos, figuras sociais e televisivas importantes. O que marca bem o caráter de rebelião contra figuras importantes.

Almeida ressalta que os nomes são modificados por José Simão de forma exaustiva. Nesse processo, quase todos os nomes citados e modificados transformam os personagens em figuras cômicas e, muitas vezes, um mesmo personagem leva três ou quatro apelidos; alguns deles são modificados por aproximação sonora, tais como: “Erreicúpero”, “Lula Lelé”, “Ceará Gomes”, “Dona Pizza Hut”, “Covascalante” ou “Itamar Itapior”.

A autora defende que estas aproximações não são totalmente desprovidas de sentido. No caso de “Erreicúpero”, há uma aglutinação do verbo errar com o nome próprio

do ministro (Rubens) Ricúpero. Ela nos recorda que este ministro fez revelações indevidas e inconvenientes, sem saber que estava sendo gravado, enquanto aguardava uma entrevista, elemento que marca um sentido à aglutinação do verbo ao nome próprio do ministro.

Outro nome de político que ela retoma é o de Lula que, em algumas crônicas, é tratado por José Simão como “Lula Lelé”. Os sentidos que podem advir, segundo suas análises, podem estar vinculados ao desenho animado que tem o mesmo nome, ou mesmo à significação que advém da expressão ‘lelé da cuca’, ou ainda à alusão presente no muro pichado perto da USP: “Lula é polvo”. Essa questão da sonoridade, a autora discute nos outros nomes citados acima.

Almeida apresenta outras brincadeiras feitas por Simão que vinculam os nomes dos políticos com o contexto, ou seja, com a posição social e política de cada um. Assim, Fernando Henrique Cardoso virou “Don Doca FHC”, “Pau de Galinheiro FHC”, “Sorbonneco do Patropi”, “D. Fernando”.

Dom Fernando e Don Doca são apelidos que apenas querem falar de uma suposta nobreza do boneco de “Sorbonne”, do presidente do País Tropical, cuja moeda, em sua “in-digestão”, se chama Real. Para isto, “Santo Antônio da Social Democracia, que adora uma aliança” se tornou o pau onde as galinhas pousam para dormir. A nobreza, sempre que evocada, serve para ser posteriormente destruída.¹⁰⁹

Almeida aponta que, sobre o candidato Major Pinto, o Macaco formulou o seguinte: *O importante não é ser major, é ter Pinto. (23/09/94)*. Além disso, Simão diz que *Orestes Quércia tem: Pinta de galã de Brejo Seco. Aliás, tem cara de padeiro peronista (01/10/94)*. Descrições que fazem Almeida perguntar: “Galã de Brejo Seco seria um sujeito parecido com um herói das caatingas, com dois revólveres nas mãos? Como seria a cara de um padeiro peronista? Só quem tem referências suficientes para supor é que pode rir”, ela

adverte e sustenta que *este é o mecanismo da antonomásia, figura semântica que substitui um nome próprio por um comum. Pode ser encontrada por meio da aposição, revelando sempre a posição subjetiva do narrador, que adjetiva o personagem*¹¹⁰.

Por que é possível fazer com que um nome próprio seja substituído por um nome comum? Seria por seu caráter insaturado? Seria porque sua determinação está vinculada a outros aspectos que não são apreensíveis pela análise referencialista? Traremos para estas indagações outros chistes que lidam com nomes próprios e que foram colhidos por nós das manifestações cotidianas.

No contexto da ditadura militar brasileira, durante a presidência do General Garrastazu Médice, surgiu um chiste definido por: “Mede-se um burro pela orelha”. Brincar com o nome próprio do presidente naquele momento, por razões óbvias, certamente irrompia risos. Analisando esse chiste pelo modelo proposto por Freud, apontamos para os dois usos da palavra: um uso do nome inteiro e outro uso do nome segmentado, assim:

Mede-se um burro pela orelha

Médice, um burro pela orelha

Mas, se nos inclinarmos sobre as considerações lacanianas, poderemos apontar outros elementos estabelecidos neste esquema. Pensarmos na noção de cadeia significante, articulação de um significante com outro, poderá trazer outras reflexões para este chiste. Ressaltamos aqui a especificidade de tratar o nome próprio na articulação de uma cadeia significante, pois, nessa condição, o sentido de um significante brota dos outros significantes que o seguem ou o precedem, o que faz com que cada termo seja antecipado

¹⁰⁹ Almeida (1998), p.56.

¹¹⁰ Almeida (1998), p. 57.

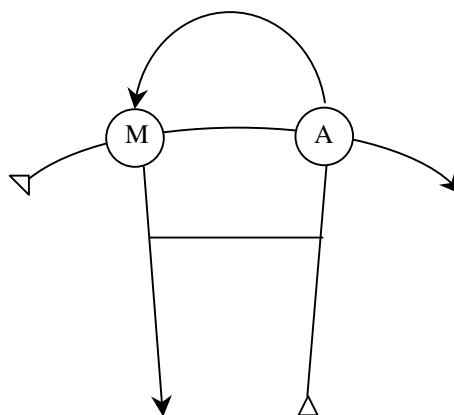
na construção dos outros e só encontre seu sentido *à posteriori*¹¹¹. Assim, no significante há um surgimento temporal de um sentido que, para Lacan, se concebe como o desejável, o próprio significante será o desejável.¹¹² Cabe pontuar que é na cadeia significante que o sentido insiste, embora em nenhum dos elementos da cadeia consiste a significação. Esses elementos fazem Lacan propor que *não existe sentido senão metafórico, só surgindo o sentido da substituição de um significante por outro significante na cadeia simbólica*¹¹³. Lembremos que, embora a substituição em si não seja a metáfora, ela é a articulação, o meio significante, onde se instaura o ato da metáfora, conforme nos alerta Lacan.

Dessa forma, o que podemos supor que determina um nome próprio na cadeia significante é o próprio funcionamento pela metáfora e metonímia a que essa cadeia se submete. É nessa dimensão que, no Seminário I – *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan apresenta a função do simbólico como a única capaz de dar conta do que se pode chamar de determinação no plano do sentido. Assim, o sentido de um nome próprio na cadeia significante só se realiza na dimensão metafórica, na dimensão de substituição de um significante por outro na cadeia simbólica. O tempo torna-se um fator fundamental, pois temos que contar com a ação *nachträglich* do significante, que faz com que o sentido de uma frase só se estabeleça quando esta estiver concluída.

¹¹¹ Tal posição está em acordo com Benveniste para quem a frase é a unidade mínima de sentido.

¹¹² Dicionário enciclopédico de Psicanálise – editado por Pierre Kaufmann

¹¹³ Lacan (1957/57), p. 16



Lacan demarca, com esse esquema, que no chiste a mensagem (M) se instaura num certo nível da produção significante, se diferenciando e se distinguindo do código (A); e seu valor de mensagem é assumido por essa diferença que é sancionada pelo Outro. Lacan nos diz que o chiste tem relação com alguma coisa que se situa profundamente no nível do sentido.

Há nisso uma função significante que é própria da tirada espirituosa, como significante que escapa ao código, isto é, a tudo que até então se acumulou de formações do significante em suas funções de criação do significado.¹¹⁴

Lacan aponta que, no momento do chiste, ocorre uma comunhão entre o pouco-sentido e o passo-de sentido, produzido entre o eu e o Outro. Marca, então, que esse passo-de-sentido é o que se realiza na metáfora; é o passo dessubstancializado. O pouco-de-sentido é o sucesso do fracasso, essencial na demanda que convoca a dimensão do Outro, pois *a mensagem vem interrogar o Outro a propósito do pouco-sentido*¹¹⁵.

É a estrutura da linguagem – e o chiste faz um uso magnífico dela – que nos permite driblar a inibição e brincar com a graça maliciosa dos sentidos, que surgem no *pas-de-sens* e que está sempre prestes a escapar:

¹¹⁴ Lacan (1957/58), p.32

¹¹⁵ Lacan (1957/58), p.102

Nesse intervalo, nesse instante, no oco do significante, um chiste pode brotar, perfônico, cutucando a língua, fazendo-lhe cócegas; consistindo em tentar inventar um significante novo [...], servindo-se de uma palavra para outro uso que aquele para o qual ela foi feita.¹¹⁶

Outro elemento que trazemos para analisar o nome próprio na cadeia significante é o sentido que advém da homofonia. Lacan sustenta que o elemento fonológico é aquilo que funda o trocadilho, o jogo das palavras. Temos ilustrações disso em *Rousseau / roux et sot*, *Médice / mede-se*. Tais elementos reforçam a ambigüidade fundamental dos chistes.

Allouch (1995) nos lembra que o trabalho de sonho elege um certo número de significantes que se caracterizam por se equivocar homofonicamente, pois, segundo ele, a homofonia é um dos nomes da não-identidade a si do significante. Percebemos que os chistes como *Rousseau / roux et sot* e *Médice / mede-se* contemplam o privilégio do equívoco homofônico que presenteia o sujeito com possibilidades de efetuar na cadeia cortes inesperados e surpreendentes. Outro apontamento de Allouch que queremos destacar é o estatuto de escrita que é intrínseco à homofonia : *a homofonia é fato de linguagem, e só corresponde, pois, ao escrito...*, nos diz Allouch.

A dimensão do escrito, tão presente na elaboração lacaniana sobre nome próprio, que se pauta no estatuto do traço unário, se presentifica no momento do chiste pelo movimento homofônico que a cadeia significante provoca. A nossa dama do chiste napoleônico se serviu docemente dessa ferramenta.

Outra análise que propomos, no chiste *Médice/Mede-se*, se processa a partir do que Lacan considera como sendo o objetivo do chiste:

O objetivo do chiste, com efeito, é nos reenvocar a dimensão pela qual o desejo, se não se reconquista, pelo menos aponta tudo aquilo que perdeu ao percorrer o caminho, ou seja, por um lado, o que deixou de dejetos no nível da cadeia metonímica, e por outro, o que não realizou plenamente no nível da metáfora.¹¹⁷

¹¹⁶ Veras, V. 1999, p. 5

¹¹⁷ Lacan (1957/58), p.100

Pensando na dimensão do desejo e do riso Lacan vai marcar a raiz da identificação: *Não estou lhes dizendo que isso esgote a questão, mas a identificação é, muito exatamente, o correlato desse riso.*¹¹⁸ Neste sentido, apresentaremos algumas estampas chistosas, que nos fizeram rir... e certamente fizeram nossos *co-paroquianos* rirem.

Na década de 80, com toda movimentação política que marcou este período no Brasil, com as bandas de rock nacional cantando os direitos sociais, surgiu um chiste que referia-se ao nome próprio, sob a forma de uma sigla de um país, United States of America (USA) e dizia: *Brasil, não ame quem te USA*. Notadamente, os elementos homofônicos se situam nesses chistes.

Em outro momento, após o *impeachment* do então presidente da república Fernando Collor (1992) e a posse do seu vice, Itamar Franco, um chiste circulou em Minas Gerais, colégio eleitoral de Itamar, como crítica às manobras políticas do conterrâneo, bradado da seguinte forma: *E tá mar, e tá pior!*¹¹⁹ Este chiste também circulou nas crônicas de José Simão.

Há poucos tempo¹²⁰, durante as manifestações mundiais contra a invasão anglo-americana ao Iraque, um jovem francês exibia em sua camisa: *LE BUSHERIE* – Lembremos que *Boucherie* em francês é açougue, matança. O nome próprio do principal líder dessa operação bélica¹²¹ foi utilizado para apresentar a indignação de muitos contra sua arbitrariedade política e em oposição ao assassinio de muitas pessoas em decorrência da guerra.

¹¹⁸ Ibid. p, 345

¹¹⁹ Alusão ao sotaque caipira de parte do interior de Minas Gerais, que corresponde: *E está mal... e está pior!*

¹²⁰ Março de 2003.

¹²¹ George Bush

No Brasil, um famoso grupo de comediantes¹²² também contemplou a questão da guerra usando o nome de Bush. Em um quadro humorístico sobre a guerra, a expressão “Bullshit”¹²³ era usada para se referir ao presidente norte-americano. Em outro, o personagem Saddam, líder iraquiano, dizia aos filhos que, se eles não se comportassem, ele iria chamar o “Bush-papão”.

Tanto os chistes recolhidos por Almeida quanto os que escolhemos para compor este trabalho são chistes com nome próprio que contemplam a questão política, o que nos faz retomar as considerações feitas por Pêcheux em seu anexo¹²⁴, em que ele diz perceber que o único meio de que ele dispunha para expressar era pela guinada do *nonsense* no chiste. O chiste, segundo ele, parece representar o instante de uma vitória do pensamento no estado nascente. E aponta como dois pontos incontornáveis no cenário político: 1- que não há dominação sem resistência e 2- que é preciso pensar por si mesmo.

Freud também teve o cuidado de chamar nossa atenção para alguns chistes que consideram a questão política, marcando o exemplo do Sereníssimo e o “vol de l’aigle”¹²⁵. Ele considera que essa é uma forma de expressar a agressividade de forma disfarçada. Conforme marcamos anteriormente, Freud diz que os chistes tendenciosos possibilitam a agressividade e a crítica contra pessoas que reivindicam autoridade e estão ocupando posições elevadas. Percebemos que, nesses casos, o nome próprio é bastante sedutor.

A questão do tempo, do corte e da alteridade são fundamentais para que estes chistes aconteçam. Segundo as palavras de Lacan (1957/58):

¹²² Casseta e Planeta

¹²³ Expressão ofensiva para designar que algo não tem sentido, ou é completamente inverdade.

¹²⁴ Pêcheux, M. Semântica e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

¹²⁵ *O Sereníssimo perguntou a um estranho, cuja semelhança com sua própria pessoa o surpreendia: ‘Sua mãe esteve alguma vez no palácio?’ e a resposta foi: ‘Não, mas meu pai esteve’.* Freud (1905), p. 104
Um dos primeiros atos de Napoleão III quando assumiu o poder foi apoderar-se da Casa de Orleans. Eis o excelente jogo de palavras, corrente àquele tempo: ‘C’est le premier vol de l’aigle’. [Eis o primeiro vol da águia.] Vol significa ‘vôo’, mas também ‘roubo’. Freud (1905), p. 44.

A coisa é muito diferente quando introduzimos no problema uma resistência qualquer sob a forma de uma cadeia significante. A cadeia significante como tal introduz uma heterogeneidade essencial. Entenda-se heterogeneidade com a ênfase depositada no hetero, que significa inspirado em grego, e cuja acepção própria em latim é a do resto, do resíduo. A partir do momento em que fazemos entrar em jogo o significante, a partir do momento em que dois sujeitos se dirigem e se referem um ao outro por intermédio de uma cadeia significante, há um resto, e então o que se instaura é uma subjetividade de outra ordem, na medida em que está referida ao lugar da verdade como tal.¹²⁶

O caminho do desejo passa pelo Outro, pois ele é o fiador da linguagem e a submete a toda dialética. Para transformar um nome próprio vale usufruir de todas as ferramentas da língua, de todos os restos, de todas as frestas : seja se servindo de um verbo para apontar um ato e ao mesmo tempo um nome – Erreicúpero ; seja na aglutinação do sufixo para sugerir um fato – Bush-erie ; seja na surpreendente presença da homonímia que nos faz indagar como entendemos algo – Médice/mede-se.

Estes chistes colocam em marcha a afirmação de Freud de que o chiste é a mais social das formações do inconsciente. Nesse terreno, o aspecto político-ideológico certamente se apresenta de forma constante. Como marca Freud e como podemos ler em Pêcheux, os chistes promovem uma deliciosa rebelião, ali onde se espera respeitosa submissão – « não tutti, mas bonnaparte ».

Segundo Viviane Veras (1999), é na ocasião oportuna que o acontecimento se revela. Veras aponta que

o chiste é uma formação do inconsciente que exige a alteridade, exige um Publikum como parte integrante de sua efetuação, colocando em questão a fronteira exterior/interior (em um processo psíquico), individual/social (numa instância mais além da comunitária) e trazendo um problema de contagem: quem conta, o que conta, no fugaz instante em que um chiste se faz.¹²⁷

¹²⁶ Lacan, sem V, p. 110

¹²⁷ Veras (1999), p. 71

Podemos pensar a relação do tempo e do público, considerando a pergunta de Freud: *Se a técnica traz prazer, como é que este se perde com o tempo?* Ele ressalta que o fator atualidade¹²⁸ é uma fonte de prazer de grande parte dos chistes e elemento explicativo de algumas peculiaridades na história da vida dos chistes. Este elemento opera pela redescoberta do que é familiar.

A atualidade nos chistes tem um papel fundamental na convocação de que ele deve ser contado a alguém e deve ter seu próprio público, orientado tão bem pela noção de paróquia. Alguém que não tenha a mínima idéia de quem foi Médice, será que poderá rir do chiste com seu nome? Dificilmente. Há que se ter um público para se ter uma direção de sentido.

*Há coisas que não podem ser ouvidas, ou que de hábito nunca mais são ouvidas, e que o chiste procura tornar audíveis em algum lugar, como num eco. Para torná-las audíveis num eco, ele se serve, justamente, daquilo que lhes cria obstáculos, como uma concavidade refletora qualquer.*¹²⁹

Veras (2003), em seu artigo *O Repasto Totêmico*, nos mostra que a ligação do chiste à ordem social é destacada por Freud ainda na introdução do livro, ao apontar a propagação dos chistes em nossa sociedade que tem o mesmo efeito de um evento de interesse geral. Veras ainda retoma em Freud que rir das mesmas tiradas espirituosas é a prova de um acordo profundo no plano psíquico. Ela ressalta em seguida os fatores envolvidos nos chistes tendenciosos (agressividade e obscenidade) que têm uma ampla circulação social, assim como percebemos nos chistes com nome próprio de políticos:

*Tendências cujo destino é serem recalçadas pela civilização como possibilidades de gozo primárias, rejeitadas pela censura que lhes contrapõe todo tipo de obstáculos. O que interessa destacar nesse ponto é que o trabalho do chiste suborna o ouvinte, cuja escuta testemunha, autentica a transgressão, suspendendo a inibição e protegendo o prazer dos ditames da razão crítica.*¹³⁰

¹²⁸ Em inglês “topicality”, isto é, propriedade do que é especificamente local ou contemporâneo.

¹²⁹ Lacan (1957/58), Sem. V, p. 125

¹³⁰ Veras (2003), p.108.

Veras ainda ressalta que, no caso do chiste, o tabu é violado, mas o que flui é o riso.

*Todos “comem” juntos, participam de uma substância comum, mastigam esses fragmentos cujo arranjo (condensação e deslocamento) produz prazer; e se todos participam desse repasto totêmico, partilha-se com o Outro a responsabilidade do ato, a origem social não é recusada e o laço social se renova. (...) Penso que o processo do chiste poderia ser um pequeno lugar de resistência a essa recusa, uma vez que exige o Outro para que o seu trabalho se complete; (...)*¹³¹

Desses apontamentos, consideramos que tomar o nome próprio nas formações do inconsciente é tomá-lo no movimento da cadeia significante que se lança pela metáfora e metonímia na criação dos sentidos. É tomar o nome próprio como esse passo esvaziado, esse *pas-de-sens*, como nos aponta Lacan. Trazendo a questão social do chiste, e recobrando a marcação de Lacan, que coloca o desejo e o riso na raiz da identificação, queremos agora pensar a identificação na sua dimensão que contempla o nome próprio.

A retomada que fizemos sobre os chistes nos serviu para mapear alguns elementos que nos levam a formular a estreita relação entre nome próprio e inconsciente, relação que se mantém pela referência à cadeia significante. Lacan, no seminário IX – A Identificação de 1961/1962, se detém na função significante que, segundo ele, *é o ponto de amarra de alguma coisa de onde o sujeito se constitui e que toca na função do nome*.¹³² Esclarece que não se trata do *noun*, o nome definido gramaticalmente, o substantivo, mas o *name*. Distinção marcada firmemente por Gardiner, como vimos. E ressalta que, assim como em inglês, ou em outras línguas, as duas funções se distinguem, ou seja, o *name* é o nome próprio. Afirma Lacan (1961/62):

Vocês sabem, como analistas, a importância que tem em toda análise o nome próprio do sujeito. Vocês têm sempre que prestar atenção em como se chama

¹³¹ Veras (2003), p. 112.

¹³²Curiosamente, Lacan inicia a lição de 20/12/61, citando o fragmento de caso do Pequeno Hans: “o sonho da girafa amarrotada”. É sabido que *Giraffe* (em alemão) é uma palavra bastante próxima do patronímico do Pequeno Hans: *Graf*.

*seu paciente. Isso nunca é indiferente. E se vocês pedem os nomes na análise é algo muito mais importante que a desculpa que vocês podem dar ao paciente, ou seja, que toda espécie de coisas podem esconder-se atrás desta espécie de dissimulação ou de apagamento que haveria no nome, concernente às relações que ele tem para pôr em jogo com algum outro sujeito. Isso vai mais além. Vocês devem pressenti-lo, senão sabê-lo.*¹³³

Mas, o que é o nome próprio? Qual o estatuto desta palavra que é tão importante para a constituição do sujeito, diferenciada das outras por promover uma inscrição na cultura a partir de uma herança simbólica? Inscrição e diferenciação. Conforme vimos com Bréal, o nome próprio conserva sua forma mesmo perante a mudança de uma língua para outra; designa, mas não significa na perspectiva de alguns teóricos; atua de forma significativa na vivência histórica, segundo Guimarães; está vinculado ao estatuto da linguagem e ao estatuto da constituição do sujeito.

Os diversos posicionamentos sobre o nome próprio não passam despercebidos a Lacan que situa a questão apresentando o trabalho de Sir Allan H. Gardiner – sobre o qual já nos detivemos – *The theory of proper names - a controversial essay*. Lacan destaca o caráter polêmico do escrito de Gardiner que se apresenta em resposta às enunciações do filósofo Bertrand Russell, conhecido pela elaboração da lógica matematizada:

*Russell se encontra na posição do lógico, que faz funcionar um certo aparelho ao qual ele dá diversos títulos: raciocínio, pensamento, etc., descobrindo ali um certo número de leis implícitas, que se orienta em direção a um formalismo. É o que marca Lacan e o que o impele a lançar a pergunta: O que é que Bertrand Russell se acha levado a dar em tais condições como definição de um nome próprio? Digamos esta parte de desconhecimento implicada numa certa posição que se acha efetivamente no ângulo ao qual é levado todo esforço de elaboração da lógica. Este desconhecimento é exatamente a relação mais radical do sujeito pensante com a letra. Bertrand Russell vê tudo, menos isso: a função da letra.*¹³⁴

¹³³ Lacan (1961/62), Lição VI (sem. inédito)

¹³⁴ Lacan (1961/62) sem IX (sem. inédito)

Como marcamos, Russell define um nome próprio como *word for particular*, uma palavra para designar as coisas particulares como tais, e chama de nome próprio as várias maneiras de designar um objeto, fora de toda descrição, como particular.

O primeiro e principal nome próprio para Russell é o *this (isto)*. Lacan ressalta que é nesse ponto que Gardiner se posiciona contrariamente a Russell. Pois, seguindo sua posição lógica, Russell nos diz que Sócrates não tem nenhum direito de ser considerado um nome próprio, pois Sócrates não é mais um particular. Lacan pontua a posição de Russell: *Sócrates era para nós o mestre de Platão, o homem que tomou cicuta, etc. É uma descrição abreviada; já não é portanto como tal o que ele chama uma palavra para designar o particular em uma particularidade.*¹³⁵

Lacan mostra a dificuldade desse posicionamento de Russell, apontando:

*Está claro que aqui nós vemos que perdemos completamente a medida do que nos dá a consciência lingüística, ou seja, que, se é preciso que eliminemos tudo que os nomes próprios inserem numa comunidade da noção, nós chegaremos a uma espécie de impasse que é bem aquilo contra o qual Gardiner tenta contrapor as perspectivas propriamente lingüísticas como tais.*¹³⁶

Gardiner contra-formula o que lhe parece característico da função do nome próprio, baseando-se em dois autores: John Stuart Mill e Dionísio Trácio. Em seu ensaio, Gardiner retoma o posicionamento de Mill quando este afirma que o que funciona no nome próprio, fazendo com que o distingamos imediatamente, é algo que está ao nível do sentido; do ponto de vista de Mill, o nome comum parece concernir ao objeto, enquanto que, junto com ele, vem um sentido. Ainda, segundo Mill:

*Se alguma coisa é um nome próprio é porque este não é o sentido do objeto que ele traz consigo, mas algo que é da ordem de uma marca aplicada de alguma maneira ao objeto, suposto a ele, e que, por causa disso, será tanto mais solidário com ele quanto será menos aberto, devido à ausência de sentido, a toda participação com uma dimensão por onde este objeto se ultrapassa, se comunica com os outros objetos*¹³⁷.

¹³⁵ Russell cit. por Lacan, sem.IX. (inédito)

¹³⁶ Lacan, sem. IX (inédito)

¹³⁷ Mill cit. por Lacan sem IX

Em relação a esse posicionamento de Stuart Mill, Gardiner rebate:

é que em referência manifesta à distinção entre significante e significado, que é fundamental para todo lingüista, não é tanto a ausência de sentido que importa no uso do nome próprio. Pois, tudo diz o contrário, normalmente os nomes próprios têm um sentido; (...) O que causa o uso do nome próprio, do nome Ferreiro (no caso), diz-nos Gardiner, é que o acento em seu emprego é posto não sobre o sentido, mas sobre o som enquanto distintivo¹³⁸.

Lacan salienta que há um progresso nas observações de Gardiner, embora, em certo sentido, possa parecer paradoxal, pois, sob certo ângulo, é manifesto que todo uso da linguagem está justamente fundado sobre isso: que uma língua é feita com um material que é o de sons distintivos. Esta objeção não deixa de aparecer ao próprio Gardiner, pois ele introduz a noção subjetiva – no sentido psicológico do termo – da atenção dispensada à dimensão significante como, aqui, material sonoro. Gardiner apóia-se numa dimensão psicológica devido ao fato de que o sujeito, diz ele, investe, presta atenção especialmente no que é o núcleo de seu interesse quando se trata do nome próprio, quer dizer, é enquanto ele veicula uma certa diferença sonora que ele é tomado como nome próprio.

Lacan se pergunta: *Será de fato uma verdade que cada vez que nós pronunciamos um nome próprio nós sejamos psicologicamente advertidos deste acento posto sobre o material sonoro como tal?* Segundo ele, isso não é absolutamente verdade, pois as formulações de Gardiner fracassam precisamente em articular algo que é, talvez, a função do sujeito em sua referência ao significante, pois *há um sujeito que não se confunde com o significante como tal, mas que se desdobra nesta referência ao significante com traços, com características perfeitamente articuláveis e formalizáveis e que devem permitir-nos captar, discernir como tal o caráter idiótico¹³⁹* – se Lacan toma a referência grega (*idio*) é para não confundí-la com o emprego da palavra particular na definição russelliana. Como

¹³⁸ Gardiner cit. por Lacan, sem.IX

¹³⁹ Lacan, Sem. IX (1961/62) – (inédito)

referimos, nesse momento Lacan não articula o nome próprio com a questão da sonoridade. Ele introduz o conceito de letra em sua articulação com o nome. Para ele, não pode haver definição de nome próprio senão à medida que se apercebe da relação da emissão nomeadora com algo que, em sua natureza radical, é da ordem da letra. Advertido das confusões que este conceito pode produzir, Lacan indica:

*Vocês me dirão: eis aí uma grande dificuldade, pois existe uma imensidão de pessoas que não sabem ler e que se servem dos nomes próprios; além do mais, os nomes próprios existiram com a identificação que eles determinam antes do aparecimento da escrita.*¹⁴⁰

Ou seja, Lacan designa letra algo que tem dimensão outra e que se ancora nos construtos da psicanálise. A letra aparece como um traço distintivo que se constitui e marca uma inscrição no corpo. Lacan pontua o caráter distintivo como sendo o elemento principal de um nome próprio. Nomear, segundo ele, é de início algo que tem a ver com uma leitura do traço-um designando a diferença absoluta. *O que resta é algo da ordem do traço unário enquanto funciona como distintivo, enquanto pode no momento desempenhar o papel de marca*¹⁴¹. O conceito de letra acentua a irredutibilidade do representar. Do sujeito, não há palavras (nome) que o represente; antes, é na escansão entre significantes que ele emerge.

Parafraseando Ana Beatriz Freire¹⁴², se definirmos o nome próprio como aquilo que encarna o buraco, talvez pudéssemos dizer que o nome próprio é, na perspectiva da identificação, uma letra. O que indica que o nome próprio é o que, na linguagem, visa ao real (este ponto que no significante faz buraco). E, paradoxalmente, o nome próprio tampona este mesmo buraco no qual ele se define.

¹⁴⁰ Lacan, Sem. IX (1961/62) – (inédito)

¹⁴¹ Lacan, Sem. IX (1961/62) – (inédito)

¹⁴² FREIRE, Ana Beatriz. Considerações sobre a letra: a psicose em questão in Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre, 1999. vol 12, num.3, p. 567-583.

O nome próprio, tal como articulado por Lacan, está intimamente vinculado à identificação. Esse elemento opera decisivamente na constituição do sujeito marcada por movimentos lógicos¹⁴³. Mas o que isso quer dizer? A psicanálise abre seu debate teórico ao afirmar que o sujeito não é dado e, sim, conquistado, sendo que é no discurso do Outro que ele emerge. Há uma implicação da matriz da linguagem, que se apresenta à criança através de quem cuida dela, e que a lança em uma rede simbólica, na qual a criança se estrutura. Pode-se propor, dessa forma, que nome é o *ao-menos-um, condição lógica da emergência do significante como manifestação do sujeito*.¹⁴⁴

Há sempre uma aposta por parte do Outro que antecipa o sujeito, dando-lhe um nome, atribuindo significantes, significando suas ações. Porém, o nome próprio não define o sujeito, não descreve seus atributos. O que ocorre é da ordem da designação de uma diferença operada por um traço distintivo.

*O que encontramos no limite da experiência cartesiana, como tal do sujeito evanescente, é a necessidade desta garantia do traço de estrutura o mais simples, do traço único, se ousar dizer, absolutamente despersonalizado, não somente de todo conteúdo subjetivo, mas mesmo de toda variação que ultrapasse este único traço, deste traço que é um por ser o traço único*¹⁴⁵.

Lacan vai fazer girar o problema da identificação em torno da noção do 1, anunciando que a identificação não é simplesmente fazer 1. Pois não se trata do indutor de uma unidade. Aponta: *Trata-se para nós, ao ponto da elaboração a que chegamos, de procurar articular de modo mais preciso o que já avançamos mais de uma vez como tese: que nada suporta a idéia tradicional filosófica de um sujeito, a não ser a existência do*

¹⁴³ Essa noção, compartilhada por alguns teóricos da psicanálise, rompe com a idéia de um desenvolvimento cronológico, reconhece a singularidade e considera a matriz simbólica / linguagem como fundamental na constituição subjetiva.

¹⁴⁴ Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan/ editado por Pierre Kaufmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

¹⁴⁵ Lacan, Sem. IX (1961/62) – (inédito)

*significante e de seus efeitos.*¹⁴⁶ Essa tese é essencial para podermos dar seqüência aos efeitos da identificação. E sobre a identificação Lacan estabelece uma interrogação na experiência da fala – confiável por seus equívocos, ambigüidades.

Teorizar sobre a constituição do sujeito e sobre a identificação nos leva às veredas do nome próprio. Em um movimento complexo, percebemos as sutilezas de um significante que designa um corpo e o inscreve, dando-lhe um lugar na filiação. Mas, ao mesmo tempo, o nome próprio nos remete a esta perda, que antes de tudo nos faz deslocar. No mesmo movimento em que o nome próprio traz ao humano significações e sentidos, ele é tomado como traço, como letra, esvaziado de todo sentido.

Nesse movimento, algo sempre escapa e o nome próprio na dimensão do sujeito também escapa. Escapa para nos fazer questão, tal qual vimos nos chistes e que Lacan retoma no seminário da Identificação da seguinte forma: *... a respeito do gracejo, da ausência de sentido, jogando na ambigüidade da palavra [pas de sens], quando não sabemos porque uma palavra nos faz rir: esta transformação sutil, esta pedra rejeitada que, por ser retomada, torna-se a pedra angular...*¹⁴⁷

A facilidade em tomarmos um nome próprio dentro da perspectiva do chiste, que se sustenta no exercício significante, valendo-se da ambivalência e equívocos, mostra simultaneamente o fracasso e o sucesso da linguagem. O fracasso de dizer daquilo que está realmente apagado, obliterado, uma vez que, ao entrar na língua, a única alternativa que o sujeito tem de dentro do simbólico é fazer apelo a algo que escapa ao simbólico¹⁴⁸. Sucesso pelo estabelecimento de uma mensagem que se faz pela diferença ao código.

¹⁴⁶ Lacan, Sem. IX (1961/62) – (inédito)

¹⁴⁷ Lacan, Sem. IX (1961/62) – (inédito)

¹⁴⁸ Leite, Nina. Intervenção na qualificação da dissertação em 19/05/2003

O que podemos sustentar é que, exatamente por ser tomado como traço, como passo (*pas*) o nome próprio é capturado pelos chistes e pelas outras formações do inconsciente. É a palavra sendo tomada como coisa, tal qual registra Freud. Dessa maneira, a questão do sentido do nome próprio fica em suspensão, pois o sentido é efeito da metáfora e da metonímia e se lança em movimento. Assim, a determinação que está em jogo na análise dos nomes próprios nas formações do inconsciente é da ordem subjetiva, da dimensão do sujeito. Tomando a questão da condicionalidade subjetiva presente nos chistes, que faz Freud definir: *é chiste o que eu chamo de chiste*, podemos ousar um plágio para marcar que, quando estamos analisando um nome próprio em “estado de graça”, é nome próprio o que chamamos de nome próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interrogações advindas do curioso lugar que o nome próprio ocupa na língua abriram este trabalho e nortearam as exposições dos diferentes teóricos que apresentamos na Lógica – Filosofia da Linguagem, na Lingüística e na Psicanálise. No longo debate que se estende, as indagações sobre o sentido do nome próprio, seu valor referencial, seu estatuto de saturação e mesmo a instauração do nome próprio (ato de batismo, agenciamento enunciativo etc.) se presentificam nas discussões de autores de diferentes campos, conforme pudemos notar nesta pesquisa. Das construções teóricas que colhemos, algumas elaborações são extremamente caras para nós. Dentre elas, destacamos a posição dos teóricos que sustentam que o nome próprio funciona como marca pura; salientamos também a posição daqueles para os quais o nome próprio assegura a continuidade da referência, tomando o ato referencial como relevante. As tentativas de classificação e as relações que o nome próprio estabelece com as descrições definidas também foram abordadas ao longo desta dissertação.

A abertura para tratar o nome próprio no espaço de uma Semântica Histórica da Enunciação, de uma Semântica do Acontecimento, marca uma virada diferencial em relação às propostas referenciais, lógicas e classificatórias. Diante das construções desse campo, fomos levados a questionar a relação entre o nome próprio e os aspectos subjetivos e, para tal, convocamos a Psicanálise para balizar nossas discussões.

Em contato com várias pesquisas¹⁴⁹ que desenvolvem a questão do nome próprio de pessoa, tanto no espaço da enunciação quanto no espaço da designação, percebemos que a especificidade de lidar com nome próprio de pessoa é nítida e demanda, a todo momento,

¹⁴⁹ Ver: Zattar, Neuza (2000); Ferrari, Ana (2000); Cunha, Lauro (2003) – IEL/UNICAMP.

uma teoria da subjetividade que situe essa problemática, considerando outros aspectos, tais como: identificação, função nomeante, unicidade. Conforme pudemos constatar com Freud, teorizar sobre um tema que mantém uma relação tão estreita com o subjetivo convoca modificações na maneira de teorizar.

Nessa dimensão, o nome próprio não pode ser tratado como uma simples etiquetagem, pois, ao se configurar no registro da identificação, operação fundante para o humano, o nome próprio implica no endereçamento do sujeito, na interpelação, tomando outros rumos nos estudos da linguagem. Nessa perspectiva, a teoria psicanalítica contribui para as pesquisas lingüísticas, instaurando outras vias de aproximação, ou seja, abrindo novos percursos possíveis para investigar as questões de nomeação, designação e referência no registro do humano.

O *corpus* de pesquisa – *os chistes com nomes próprios* – pôde ser indagado principalmente à luz do Seminário V – As formações do inconsciente (1957 - 1958) e do Seminário IX – A Identificação (1961-1962), de Jacques Lacan. No Seminário V, Lacan apresenta a função do significante no inconsciente, inaugurando sua exposição com os chistes, a fim de pensar as relações do inconsciente com o significante e suas técnicas.

No Seminário IX, Lacan elabora sobre a identificação, considerando a relação do sujeito ao significante. A leitura desse seminário nos indica que a construção que Lacan engendra sobre o nome próprio se sustenta sobre a definição de sujeito. O que ele diz veementemente na lição 6 de seu seminário é que o nome próprio não pode ser tomado como um significante qualquer, visto que traz ao sujeito significações. Conforme nos lembra Porge¹⁵⁰, o nome próprio traz toda espécie de advertência, ou seja, não se pode dizer que o nome próprio não tenha significação. Entretanto, ao mesmo tempo, surge nas

elaborações lacanianas o caráter esvaziado do nome próprio que faz com que ele seja tomado como letra, esvaziado de sentido. Segundo Andrès¹⁵¹, o sujeito já está contado ao ingressar no mundo, e é nessa ótica que se deve entender que *o significante se faz letra*: o sujeito é representado na escansão entre significantes. Dessa maneira, o nome próprio se elabora como um marco inicial e o sujeito só pode reagir a isso através de uma aparição cada vez mais adiante na cadeia significante.

Pensamos ser esse o ponto paradoxal com que as teorias se deparam, ao tomar como indagação o nome próprio, qual seja: no mesmo movimento em que o nome próprio traz ao humano significação, por inclui-lo na matriz simbólica, ele se apresenta como letra, como objeto, esvaziando toda possibilidade de sentido. Constatamos, então, que o nome próprio, exatamente por ser tomado nessa dupla dimensão – na função significante e na função objetual, é capturado pelos chistes e pelas outras formações do inconsciente. Dessa maneira, a questão do sentido do nome próprio se vincula à ordem subjetiva, à dimensão do sujeito, construindo sentidos baseados nos efeitos da metáfora e da metonímia.

Consideramos que o nome próprio se torna fácil vítima das formações do inconsciente por remeter à dimensão de puro traço, de um escrito que se põe a ser lido despojado de qualquer significado e, por isso mesmo, aberto ao aparecimento e desaparecimento de sentidos. O nome próprio é tratado como *Coisa*, tal como Freud sugere que acontece com as palavras no momento do chiste. Desses apontamentos, consideramos que tomar o nome próprio nas formações do inconsciente é tomá-lo no movimento da cadeia significante. As conseqüências que advêm dessa maneira de tratar o nome próprio abrem novas possibilidades de investigação sobre o tema (no registro das patologias,

¹⁵⁰ Porge, E. Exposição oral. 05/08/2003. Escola de Psicanálise de Campinas

¹⁵¹ Andrès, M. *in* Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan/ editado por Pierre Kaufmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

institucionalização etc.) e ainda incluem novas possibilidades de discussão e interlocução com pesquisas que abordam essa temática nos campos dos estudos da linguagem.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Jane de. Achados chistosos da psicanálise na escrita de José Simão. São Paulo: Editora Escuta; EDUC, 1998.
- ALLOUCH, Jean. Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.
- AYER, Alfred Jules. As idéias de Bertrand Russell. São Paulo: Cultrix – Editora da USP, 1974
- BOLL, Marcel & REINHART, Jacques. A História da Lógica. Lisboa: Edições 70, 1946.
- BOSREDON, Bernard. Modos de ver, modos de dizer – Titulação da pintura e discursividade *in* Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI. Campinas, nº 5, março, 1999.
- BRÉAL, Michel. Ensaio de Semântica. São Paulo: EDUC, 1992.
- BRONDAL, Viggo. Les parties du discours. Copenhague: Einar Munksgaard ,1948.
- DAUZAT, Albert. Anthroponymie . Paris: Librairie Delagrave, 1946.
- DELESALLE, Simone & CHEVALIER, Jean-Claude. La Linguistique, la grammaire et l'école 1750 – 1914. Paris: Armand Colin Éditeur, 1986.
- Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI – editado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Editora Nova Fronteira, 1999.
- Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan/ editado por Pierre Kaufmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- DOR, Joël. Introdução à leitura de Lacan. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- DOR, Joël. O pai e sua função em psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,1991.
- FREGE, Gottlob. Lógica e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Cultrix; Editora da USP, 1978.
- FREGE, Gottlob. Escritos coligidos *in* Coleção Os Pensadores. Seleção e tradução de Luís Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FREIRE, Ana Beatriz. Considerações sobre a letra: a psicose em questão *in* Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre, 1999. vol 12, num.3, p. 567-583.

- FREUD, Sigmund. Psicopatologia da vida cotidiana (1903) *in* Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- FREUD, Sigmund. Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905) *in* Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1912) *in* Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- GARDINER, Allan H. The theory of proper names – a controversial essay. London: Oxford University Press, 1954, 2º edition.
- GRANGER, Gilles. A quoi servent les noms propres ? *in* Revue Langages. Paris: Librairie Larousse, juin, nº 66, 1982.
- GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido. Campinas: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- HENRY, P. A ferramenta imperfeita. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- KLEIBER, Georges. Dénomination et relations dénominales *in* Langages. Paris: Librairie Larousse, , nº 76, décembre, 1984.
- KLEIBER, Georges. Nominales – Essais de sémantique référentielle. Paris : Armand Colin Éditeur, 1994.
- KRIPKE, Saul. Naming and necessity *in* Semantics of Natural Language. 1972
- LACAN, Jacques. O seminário, livro 5 : As formações do inconsciente (1957/58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- LACAN, J. Seminário IX – A identificação (seminário inédito ministrado em Paris 1961/1962)
- LACAN, Jacques. Escritos. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LEITE, Nina. Psicanálise e análise do discurso: acontecimento na estrutura. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- LYONS, John. Semântica. Lisboa: Editoral Presença, 1977.
- MILL, John Stuart (1866/67) Sistema de lógica dedutiva e indutiva. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

- MOLINO, Jean. Le nom propre dans la langue *in* Revue Langages. Paris: Librairie Larousse, n° 66, juin, 1982.
- MOURGUÈS, Nicole de. Autographie du nom propre – du nom propre signe a la signature du nom propre *in* Le Paloir – Esquisse phonologique et grammaticale d'une langue cangin du Senegal, 1988 (DRLAV 39 (1988) p. 83-116).
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- ROSA, Guimarães. Estas Estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- RUSSELL, Bertrand. Ensaio escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 1979 – 9ª edição.
- VERAS, Viviane. Lingüisterria: um chiste. Campinas: Tese de doutorado – IEL/UNICAMP, 1999.
- VERAS,V. O repasto totêmico *in* Corpolinguagem: gestos e afetos. Campinas: Mercado de Letras, 2003.